



Banco do Estado do Piauí S.A.

Relatório de Avaliação
Econômico-Financeira

Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

31 de outubro de 2008

Ao
Banco do Estado do Piauí S.A.
Teresina - PI

At.: Sr. Marcos Antônio Siqueira Leite

Ref.: Relatório de Avaliação Econômico-Financeira

Prezados Senhores,

Em atendimento a solicitação de V.Sas. e em consonância com os entendimentos estabelecidos em nosso contrato de prestação de serviços (Etapa 3 do Contrato de Prestação de Serviços nº 012/2008), a seguir apresentamos os resultados finais de nosso trabalho relacionado à estimativa do valor econômico do Banco do Estado do Piauí S.A. (“**BEP**” ou Banco), na data-base 30 de junho de 2008.

O propósito deste trabalho é fornecer subsídios ao processo da incorporação do **BEP** pelo Banco do Brasil (“**BB**”).


Nenhum outro objetivo pode ser subentendido ou inferido, e este documento destina-se ao uso restrito de V.Sas. exclusivamente para a finalidade descrita.

Reservamo-nos o direito, mas não nos obrigamos, de revisar todos os cálculos incluídos ou referidos neste relatório, se julgarmos necessário, bem como revisar nossa conclusão quanto ao valor econômico estimado para o **BEP**, caso tenhamos conhecimento posterior de informações não disponíveis por ocasião da emissão deste relatório.

Permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.



Eduardo de Oliveira
Sócio

Índice

Introdução	Página 04
Análise Geral do BEP	Página 06
Constituição	Página 07
Aspectos Gerais	Página 09
Diagnóstico Operacional	Página 12
Análise Retrospectivo-Financeira	Página 14
Análise de Competitividade	Página 21
Mercado de Atuação	Página 27
Panorama do Estado do Piauí	Página 38

Índice

Metodologia de Avaliação	Página 44
Taxa de Desconto	Página 48
Fonte de Informação	Página 54
Premissas e Considerações	Página 56
Resultado da Avaliação Econômico-Financeira	Página 71
Análise de Sensibilidades	Página 73
Análise de Múltiplos	Página 75
Anexos	Página 77

Introdução



Introdução

Introdução

O trabalho de avaliação econômico-financeira do Banco do Estado do Piauí S.A. (**BEP**), foi realizado de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços nº 012/2008. O propósito deste estudo é fornecer subsídios ao processo de incorporação do **BEP** pelo Banco do Brasil (**BB**), abrangendo os seguintes elementos:

- A avaliação econômico-financeira foi elaborada na data-base de 30 de junho de 2008;
- Valor presente líquido do fluxo de caixa livre operacional para os acionistas, derivado das atividades operacionais para os próximos quinze anos (até dezembro de 2022), apoiado por estudo detalhado da taxa de desconto utilizada;
- Valor residual obtido pela hipótese de fluxo perpétuo, a partir da estabilização do fluxo de caixa operacional;
- Identificação de variáveis críticas e análise de sensibilidade;
- Análise comparativa de alienações recentes no Brasil, de bancos de atuação e porte comparáveis com o **BEP**; e
- Recomendação de valor econômico, para incorporação, com base nos valores obtidos na avaliação econômico-financeira e em outros fatores relevantes.

Definição de Valor

Na estimativa do valor econômico do **BEP**, nos baseamos no conceito de valor justo de mercado (“*fair market value*”), o qual é geralmente definido como o preço (expresso em moeda ou valor equivalente à moeda) possível de se obter em um mercado aberto e sem restrição, entre partes informadas e prudentes, agindo com independência e sem qualquer coação, e sem considerar nenhum benefício especial para qualquer das partes.

Análise Geral do BEP



Constituição

Constituição

O Banco do Estado do Piauí S.A. – **BEP**, constituído pela Lei Estadual nº 1.678, de 15 de dezembro de 1957, é uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade anônima aberta de economia mista.

Breve Histórico

As décadas de 60 e 70 representaram uma época da consolidação e expansão do Banco, com ampliação da rede de agências, exploração de crédito rural e comercial, expansão do quadro de pessoal e implementação de programas de treinamento.

Na década de 80, devido aos problemas da economia do País, o **BEP** teve sua saúde financeira comprometida. O quadro agravou-se pela inadimplência do próprio Estado e dos seus órgãos de administração direta e indireta. Em junho de 1989, foi decretado, pelo Banco Central do Brasil (BACEN), o "Regime de Administração Especial Temporária - RAET", representando uma intervenção direta na administração da Instituição, com substituição da Diretoria e posse de novos dirigentes indicados pelo BACEN e pelo Governo do Estado.

O Banco esteve sob o RAET durante 15 meses e ainda assim o agravamento de sua situação continuou, principalmente por conta da manutenção da mesma estrutura de despesas e da não regularização das operações de crédito do setor público.

Em 20 de setembro de 1990, o BACEN decretou sua liquidação extrajudicial, que só foi suspensa em janeiro de 1994, sendo reaberto em fevereiro do mesmo ano, sob uma estrutura precária e sem condições suficientes que pudessem assegurar resultados positivos.

Atendendo às orientações do BACEN, o **BEP** implementou um conjunto de medidas de saneamento e reorientação de suas atividades, no sentido de promover a recuperação da Instituição.

Em 1º de março de 2000, se deu a transferência do controle acionário do **BEP** para a União, para fins de privatização, cujo processo foi interrompido no ano de 2002.

Em 13 de novembro de 2007, o **BEP**, juntamente com a União, o Estado do Piauí, o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil (**BB**) e a Caixa Econômica Federal (**CEF**), assinou o terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações, fato que deu início ao processo de incorporação do **BEP** ao **BB**, com previsão de conclusão em 28 de novembro de 2008.

Constituição

Processo de Federalização e Saneamento Financeiro

O Governo Federal baixou, em 28 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.702-26, atual MP nº 2.192-70 de 24/08/01, com o objetivo de incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira. Essa redução se faria mediante a privatização, extinção ou transformação em instituição não-financeira, inclusive agência de fomento, das instituições financeiras sob controle acionário das Unidades da Federação.

A mencionada Medida Provisória concedia à União o direito de adquirir o controle da instituição financeira, exclusivamente para privatizá-la ou extingui-la, com poderes ainda para financiar os ajustes prévios e imprescindíveis para a privatização, assim como adquirir créditos contratuais que a instituição financeira detivesse contra seu controlador e, em caráter excepcional, financiar programa de saneamento da instituição financeira contemplando, necessariamente, sua capitalização e mudanças no seu processo de gestão.

Assim, com base nessa Medida Provisória, foi firmado entre a União e o Estado, em 05 de janeiro de 1999, o Termo de Compromisso de Gestão, através do qual o Estado do Piauí manifestou sua adesão ao plano do Governo Federal de federalizar o **BEP**, com o intuito de privatizá-lo, ou, se isso não fosse possível, extingui-lo. Esse Termo apontava diversas ações de responsabilidade do Estado e do **BEP**, para sanear as operações do Banco.

O processo de saneamento financeiro do **BEP** iniciou-se em 27 de novembro de 1998, quando o Governo do Estado sancionou a Lei nº 5.036, autorizando o Poder Executivo a transferir o controle acionário do **BEP** a União. O Poder Executivo ficou autorizado a firmar com o Banco Central do Brasil ou a União, contratos de financiamento até o montante de R\$ 120 milhões, destinados à implementação de medidas necessárias ao saneamento econômico-financeiro do **BEP**, inclusive gastos a serem realizados com a concessão de incentivos ao desligamento voluntário de empregados, bem como a efetivação de ajustes prévios imprescindíveis à transferência do controle acionário à União.

Como parte do processo de saneamento do Banco, o Estado do Piauí adquiriu todos os créditos referentes às carteiras imobiliárias, créditos do **BEP** junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), decorrentes de financiamentos contratados com a cobertura do referido fundo. A partir disto, o Banco passou a operar basicamente com o segmento pessoa física, centrado nos funcionários públicos estaduais e municipais.

Em agosto de 2000, o Estado do Piauí constituiu Fundo de Contingências (recursos limitados ao valor de R\$54.591mil) com o objetivo de cobrir contingências passivas do **BEP**, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 1º de março de 2000.

Aspectos Gerais

Estatuto Social e Composição Acionária

O Estatuto Social tem como destaque os seguintes pontos:

- Conforme disposto no artigo 4º, o **BEP** tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerente às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.
- O capital social, de acordo com o disposto no artigo 5º, é de R\$ 62.944.257,63 (sessenta e dois milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos) divididos em 13.488.069 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil e sessenta e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e está representada conforme quadro abaixo:

Acionistas	Participação	
	Quantidade	Percentual
União Federal	11.079.393	82,14%
Zuleika Domingues	960.565	7,12%
Outros (acionistas detentores de menos de 5% de ações) 68 mil acionistas	1.448.111	10,74%
Total	13.488.069	100,00%

Fonte: **BEP**.

Diretoria Executiva

- A Diretoria do **BEP** é composta por cinco membros, eleitos pelo Conselho de Administração para os cargos de Presidente, Diretor de Finanças e Controle, Diretor Comercial, de Crédito e de Gestão de Risco, Diretor Administrativo e de Tecnologia e Diretor de Relações Institucionais, com mandato de dois anos, permitida a reeleição.

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração é composto por seis membros eleitos em Assembléia Geral, com prazo de gestão de dois anos, permitida a reeleição. O Presidente do Conselho de Administração é indicado em Assembléia Geral.

Conselho Fiscal

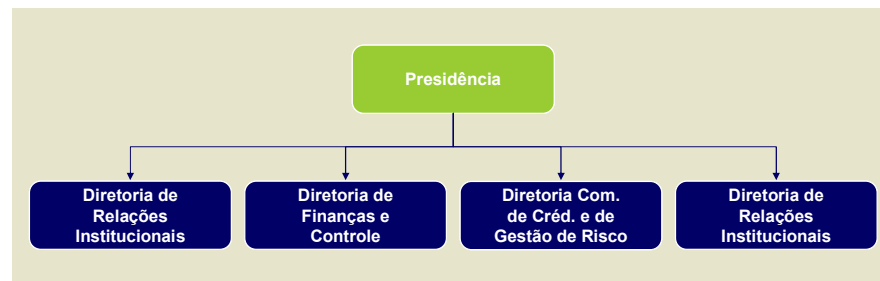
- O Banco tem um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto por quatro membros e igual número de suplentes, eleitos em Assembléia Geral, permitida a reeleição.

Aspectos Gerais

Sede / Estrutura das Agências

Sede

O **BEP** tem sua sede instalada na Rua 13 de Maio, 307 - Centro/Norte, Teresina - PI, apresentando a seguinte estrutura organizacional:



Fonte: BEP.

Estrutura de Agências

O **BEP** conta hoje com uma rede de 7 agências e 4 postos de atendimento bancário. O quadro a seguir apresenta o modelo de distribuição das agências :

Distribuição	Quantidade
Agências metropolitanas	3
Agências do interior do Estado	4
Total de agências	7

Fonte: BEP.

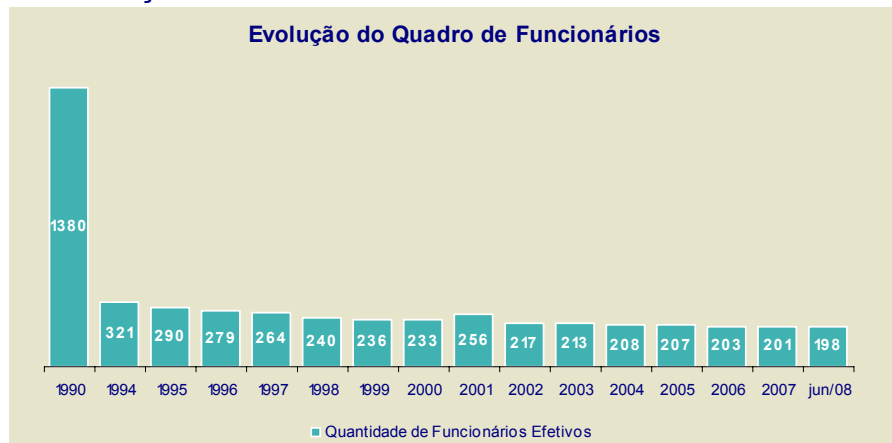
Quadro de Funcionários

Em 30 de junho de 2008, o **BEP** contava com 198 funcionários efetivos e 20 estagiários, distribuídos da seguinte forma:

	Administração Geral	Agências
Funcionários Efetivos	75	123
Estagiários	13	7
Total	88	130

Fonte: BEP.

A expressiva redução do número de funcionários entre 1990 e 1994 deveu-se ao processo de liquidação extrajudicial do Banco, o qual teve como objetivo a redução de custos da folha de pagamento e otimização dos serviços prestados. Nos últimos anos verifica-se a estabilidade do quadro de funcionários, devido a impossibilidade de novas contratações.



Fonte: BEP.

Aspectos Gerais

Perfil das Operações

Produtos de Crédito:

ADT - Adiantamento de Décimo Terceiro Salário

- Financiamento do décimo terceiro salário dos servidores públicos ativos e aposentados que recebem salário no **BEP**.
- Limites operacionais: valor mínimo a ser financiado de R\$ 150,00 e máximo de R\$ 10.000,00.

AIR - Antecipação do Imposto de Renda

- Financiamento para antecipação do imposto de renda a ser restituído pela Receita Federal, com base na declaração de ajuste anual. Produto destinado aos servidores públicos (ativos e aposentados), funcionários de empresas da administração direta e indireta do Governo do Estado do Piauí e Governos Municipais, de qualquer faixa salarial, servidores do **BEP** e aposentados pela PREVBEP, que recebam seus salários no **BEP**.
- Limites operacionais: valor mínimo a ser financiado de R\$ 200,00 e máximo de R\$ 5.000,00, limitados a 80% do valor a ser restituído.

BEP Auto

- Financiamento para atender aos custos com renovação de emplacamento de veículos, impostos e taxas vinculadas ao licenciamento de veículos (IPVA, DPVAT, multas). Produto destinado a correntistas e servidores públicos estaduais.
- Limites operacionais: valor máximo de financiamento de R\$ 2.000,00, limitando o valor mensal da prestação em até 30% do comprometimento da renda líquida do cliente.

Credfácil

- Linha de crédito destinada a servidores públicos cujos salários são pagos por intermédio do **BEP**.
- Limites operacionais: valor máximo a ser emprestado deverá corresponder ao comprometimento máximo de 30% da média aritmética dos últimos seis meses de renda líquida do servidor creditada no **BEP**, levando-se em conta outras obrigações do cliente junto ao banco, limitando a: (i) mínimo de R\$ 400,00; e (ii) máximo de R\$ 4.000,00.

Diagnóstico Operacional

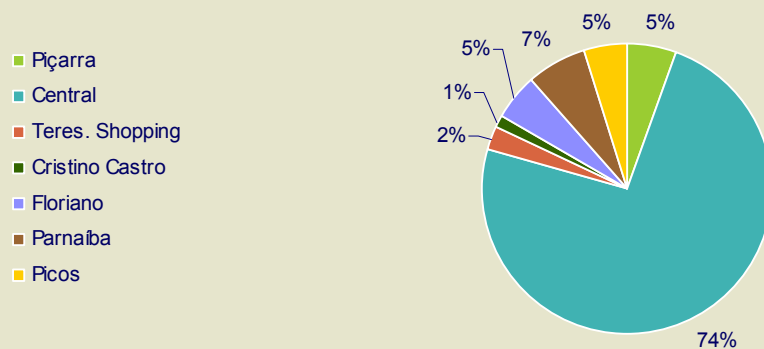
Análise da Rede de Agências

Operações de Crédito e Depósitos

O banco possui 7 agências, distribuídas nas seguintes localizações: 3 agências na capital (Central, Piçarra e Teresina Shopping) e 4 agências no interior (Cristino Castro, Floriano, Parnaíba e Picos).

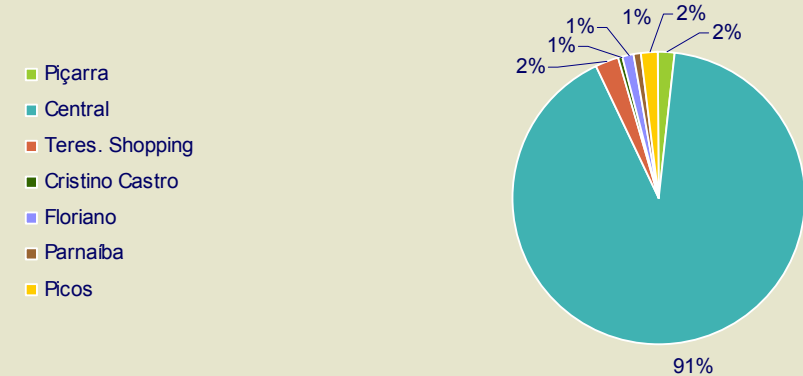
Em virtude das características econômicas do Estado do Piauí, nota-se a expressiva concentração das operações nas agências da capital, as quais detêm mais de 80% das operações de crédito e mais de 95% nas captações de depósitos, conforme demonstrado nos gráficos a seguir:

Distribuição das Operações de Crédito - jun/08



Fonte: BEP e Análise Deloitte.

Distribuição das Captações de Depósito - jun/08



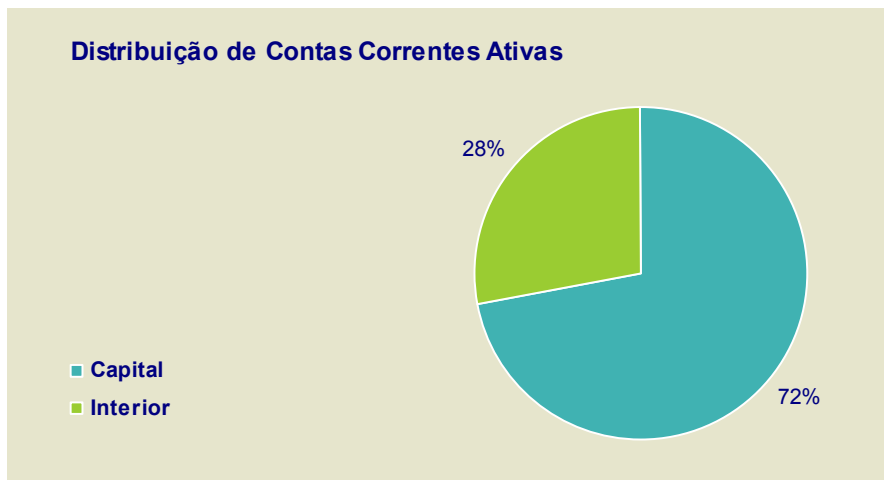
Fonte: BEP e Análise Deloitte.

Diagnóstico Operacional

Base de Clientes

Com atuação concentrada no Estado do Piauí, o **BEP** possuía, na data-base 31 de junho de 2008, 89.867 contas correntes ativas. Comparativamente à população do Piauí, os clientes do **BEP** nessa data representavam 3,6% do total da população do Estado.

Analisando a distribuição de contas correntes ativas verifica-se uma concentração do número de contas correntes em Teresina, responsável por 72% do total de clientes do Banco.



Fonte: **BEP e Análise Deloitte.**

Análise Retrospectivo-Financeira

Com base nas demonstrações financeiras auditadas dos últimos cinco exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 30 de junho de 2008 (data-base), procedemos a uma análise retrospectivo-financeira do **BEP**. A seguir descrevemos os principais elementos constatados em nossa análise:

Estrutura Patrimonial

Estrutura Patrimonial - Junho 2008	
ATIVOS	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO
Disponibilidades (2,2%)	
Titulos e Valores Mobiliários + Aplicações Interf. de Liquidez } (51,8%)	Depósitos (66,3%) à Vista (15,8%) de Poupança (14,4%) à Prazo (65,5%) Outros Depósitos (4,4%)
Relações Interfinanceiras (3,3%)	Obrig. p/ Oper. Compromissadas (2,9%)
Operações de Crédito (36,0%)	Outras Obrigações (8,1%)
Outros Créd. e Outros Val. e Bens (5,4%)	Patrimônio Líquido (22,7%)
Permanente (1,4%)	
TOTAL = R\$ 330,4 Milhões	

ATIVO

Aplicação de Recursos

A principal atividade do **BEP** é a operação de crédito voltada ao funcionalismo público, uma vez que o Banco é responsável pelo pagamento do salário dos funcionários públicos do Estado do Piauí.

Títulos e Valores Mobiliários

Com a federalização do banco em 2000, a aplicação em títulos públicos federais passou a ser privilegiada devido a entrada de recursos oriundos da venda da carteira de crédito imobiliário e pela mudança da política operacional do Banco, a qual passou a priorizar operações de crédito de baixo risco (crédito consignado a servidores públicos). Esses recursos foram direcionados para títulos públicos federais, que melhoraram sua condição de liquidez. Em junho de 2008 tais operações representaram 39,1% de seu ativo total.

Operações de Crédito

Após o processo de federalização, o **BEP** passou a operar, basicamente, com o segmento pessoa física, centrado nos funcionários públicos estaduais e municipais. Em junho de 2008, do total de R\$ 118.919 mil registrados em operações de crédito, 97% estavam relacionados a funcionários públicos estaduais e municipais.

Análise Retrospectivo-Financeira

Inadimplência

O custo intrínseco desse setor de atuação é a inadimplência, a qual caminha lado a lado com a expansão do crédito. O baixo nível de inadimplência do **BEP** atualmente deve-se ao fato de sua carteira de crédito estar significativamente concentrada em crédito consignado ao funcionalismo público, o que possibilita a minimização do risco de inadimplência das operações de crédito.

PASSIVO

Captação de Recursos

Com uma base de cerca de 90 mil clientes ativos em junho de 2008, sendo 78% funcionários públicos, o **BEP** tem os depósitos como sua principal fonte de captação, sendo a captação através de depósitos a prazo a mais expressiva entre as demais.

Depósitos à Vista

Os depósitos a vista representaram 15,8% dos depósitos totais em junho de 2008, sendo compostos da seguinte forma: governo (42,9%), pessoas físicas e jurídicas (53,4%) e outros correntistas (2,7%).

Depósitos de Poupança

Em junho de 2008, a captação de poupança representou 14,4% dos depósitos totais, sendo composta por Pessoas Físicas (92,5%), Jurídicas (2,1%) e Governo (7,5%).

Depósitos a Prazo

É a principal fonte de captações de recursos do Banco, representando 65,5% dos depósitos totais em junho de 2008. Essa captação é composta principalmente pelos depósitos do governo (estadual e municipal), os quais representaram 82% do total captado via depósitos a prazo. O restante, 18%, é composto por depósitos de pessoa física, jurídica e investidores institucionais.

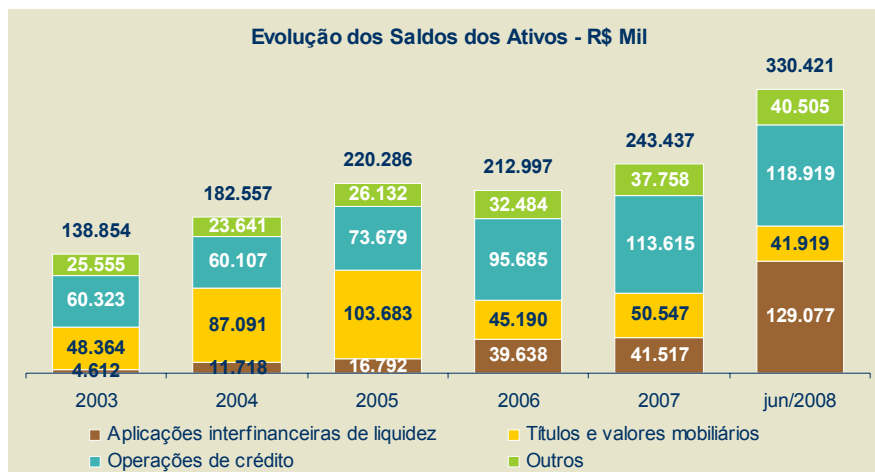
Análise Retrospectivo-Financeira

A seguir apresentamos uma análise sobre a evolução dos principais indicadores do Banco:

Ativo Total

Conforme demonstrado no gráfico a seguir, verifica-se a alta representatividade das operações envolvendo títulos públicos federais dentro dos ativos totais do **BEP**, as quais representaram em média 46% dos ativos totais no período de análise. Tal fato deve-se à baixa exposição do Banco em operações de risco após o processo de federalização, conforme comentado anteriormente.

O ativo total apresentou crescimento médio anual de 21% entre 2003 e junho de 2008, motivado principalmente pelo aumento das operações de aplicações interfinanceiras de liquidez e das operações de crédito.



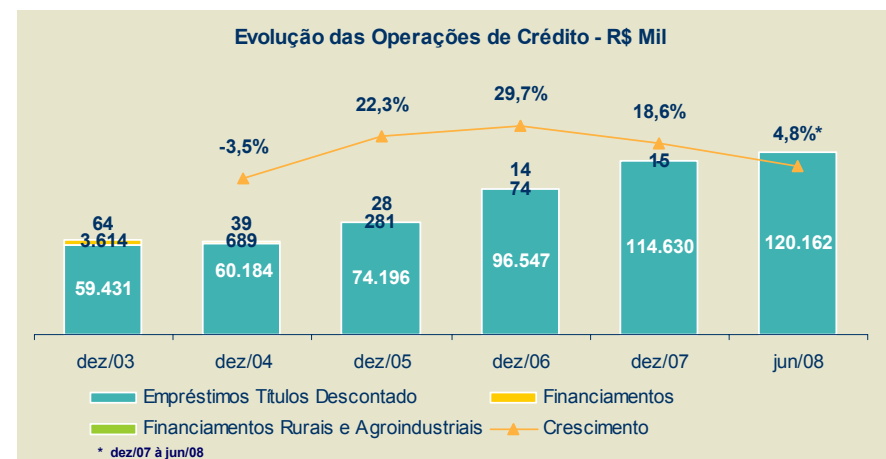
Fonte: **BEP e Análise Deloitte.**

Operações de Crédito

A carteira de crédito do **BEP** apresenta-se concentrada principalmente em operações com os servidores públicos (aproximadamente 97% da carteira total).

A principal garantia dessas operações é a auto liquidez, uma vez que os beneficiários têm seus proventos creditados no Banco. A característica dessa operação apresenta nível de risco reduzido e, conseqüentemente, baixo índice de inadimplência.

Apesar da quantidade reduzida de produtos de crédito, a carteira do **BEP** apresentou crescimento médio anual de aproximadamente 16,9% no período analisado, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

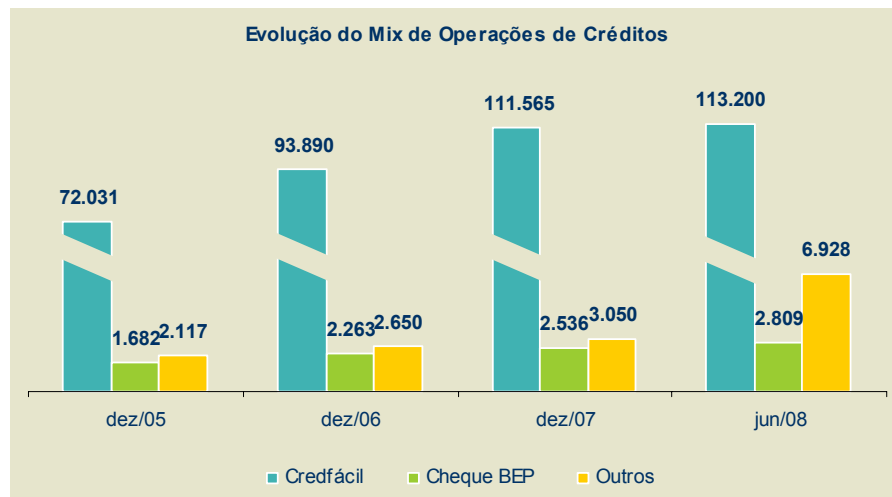


Fonte: **BEP e Análise Deloitte.**

Análise Retrospectivo-Financeira

O gráfico a seguir demonstra a evolução do mix de produtos de crédito, onde verifica-se a alta representatividade do produto Credfácil sobre a carteira total de crédito do Banco, de 96% em média no período analisado.

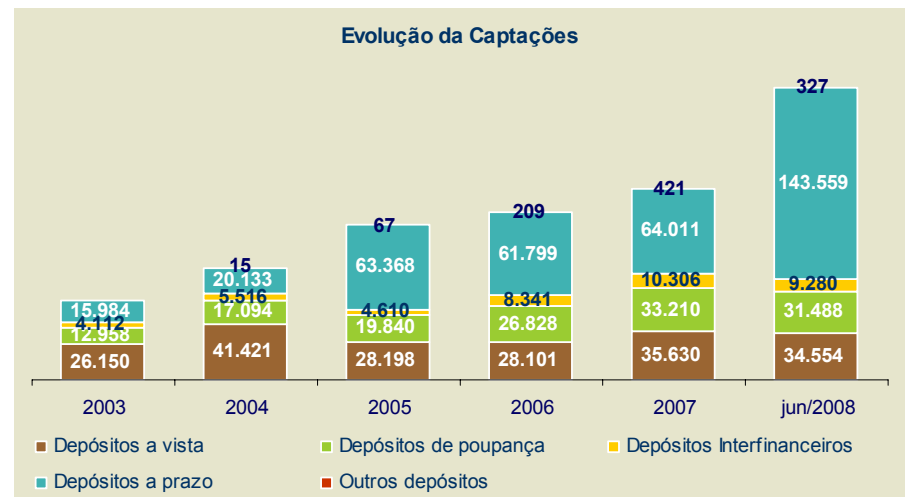
A partir de junho de 2008, o **BEP** passou a oferecer aos seus clientes prazos mais longos para esse produto (de 49 até 60 meses), seguindo a tendência do mercado de crédito.



Fonte: BEP e Análise Deloitte.

Operações de captação

A seguir, apresentamos o gráfico da evolução das captações realizadas pelo Banco desde 2003:



Fonte: BEP e Análise Deloitte.

A partir de 2005 verifica-se o aumento da participação de depósitos a prazo nas captações totais e redução da participação de depósitos a vista. Tal fato deve-se principalmente à migração de recursos do Governo do Estado depositados à vista para depósitos a prazo.

Em junho de 2008 nota-se uma expressiva variação em depósitos a prazo, aproximadamente 124%, influenciada pelo incremento nos depósitos do Governo do Estado do Piauí, aproximadamente de R\$ 76 milhões neste período.

Análise Retrospectivo-Financeira

Receita Total

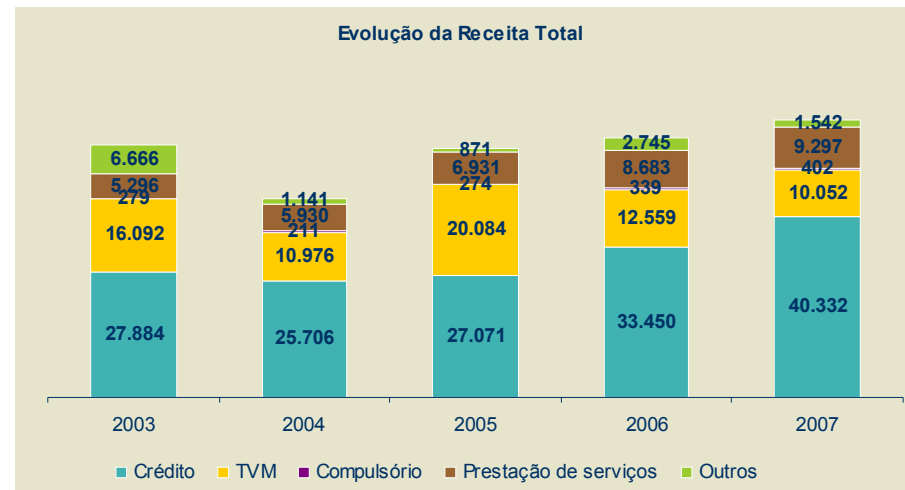
Entre os anos de 2003 e 2004, verifica-se a redução de 16,6% na Receita Total do **BEP**, devido principalmente a três eventos extraordinários ocorridos em 2003:

- Restituição do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) junto à Receita Federal, no valor de R\$ 4.166 mil.
- Recuperação de créditos baixados como prejuízo no valor R\$ 4.402 mil, oriundos de aplicação junto ao Banco Interunion S.A..
- Venda de alguns de seus ativos para o Governo do Estado, resultando em um incremento de R\$ 26.984 mil na Receita Total do **BEP**.

No ano de 2005, verificou-se um crescimento de 25,6% na Receita do **BEP**, sendo explicado principalmente pelo aumento da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, conforme demonstrado anteriormente. Vale lembrar que a média de saldos de TVM no exercício de 2004 era de R\$ 57.563 mil enquanto que no exercício de 2005 esta média foi de R\$ 95.746 mil.

Cabe mencionar que a receita de TVM está intrinsecamente relacionada a evolução da taxa Selic, uma vez que essa carteira é basicamente composta por títulos públicos federais.

Para os demais anos o comportamento da receita total apresenta crescimentos moderados, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



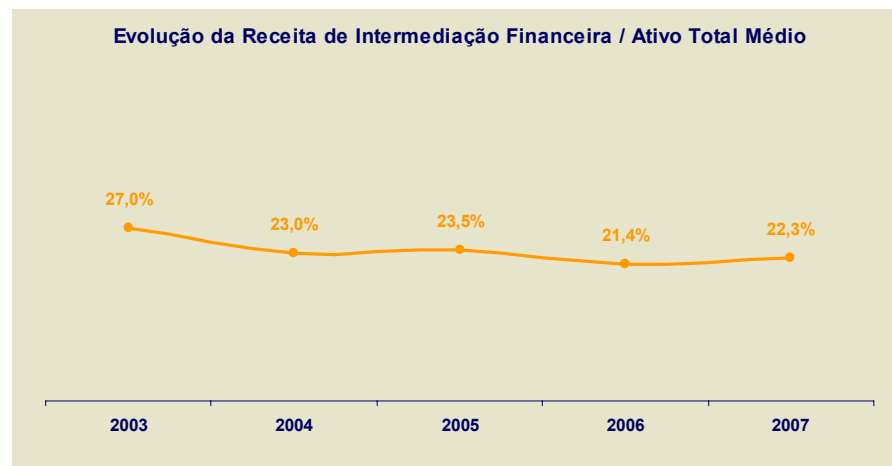
Fonte: **BEP e Análise Deloitte.**

Análise Retrospectivo-Financeira

Receita de Intermediação Financeira / Ativo Total

Verifica-se que no ano de 2004 houve uma redução acentuada no índice de Receita de Intermediação Financeira sobre o Ativo Total, que esteve relacionada a redução da receita com títulos e valores mobiliários, acompanhando a queda da taxa Selic no período.

Para os demais anos o índice manteve-se no patamar médio de 22,5%, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



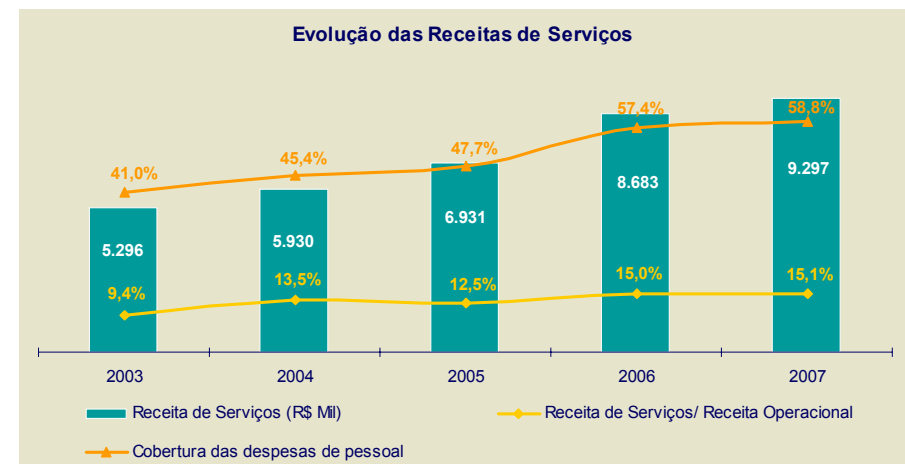
Fonte: BEP e Análise Deloitte.

Receita de Serviços

Nota-se que a receita de serviços teve um crescimento médio anual de 13% entre 2000 e 2007. Dentre os fatores que contribuíram para o crescimento da receita de serviços destaca-se a parceria com o correspondente bancário (Pagcontas), com início em 2005.

Cabe mencionar que a referida parceria, entre o **BEP** e o correspondente bancário, foi extinta em junho de 2008.

O gráfico a seguir demonstra a evolução das Receitas de Serviços e o respectivo grau de cobertura das despesas de pessoal, entre os anos de 2003 e 2007:

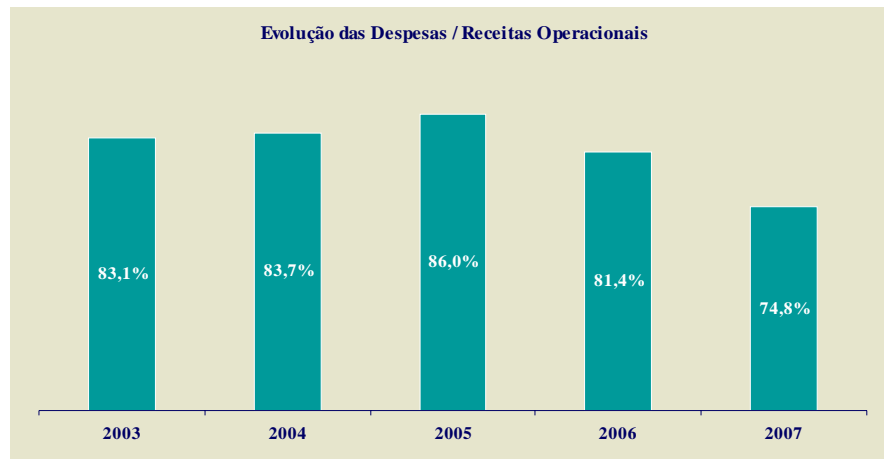


Fonte: BEP e Análise Deloitte.

Análise Retrospectivo-Financeira

Despesas / Receitas Operacionais

No ano de 2006 o índice de despesas / receitas operacionais apresentou redução de 4,6%, devido principalmente aos seguintes fatores: a) aumento da Receita de Serviços de 25%; b) redução das despesas de captação, motivadas pela queda da taxa Selic. Por fim, em 2007, o índice apresentou novamente uma queda expressiva, mais uma vez motivado pela redução da taxa Selic e conseqüente queda nas despesas de captação de depósitos a prazo (principal fonte de recursos do Banco). Cabe mencionar que os produtos de crédito do **BEP** são prefixados, contribuindo para o aumento do *spread* do Banco, em um cenário de queda de taxa de juros.



Fonte: **BEP e Análise Deloitte.**

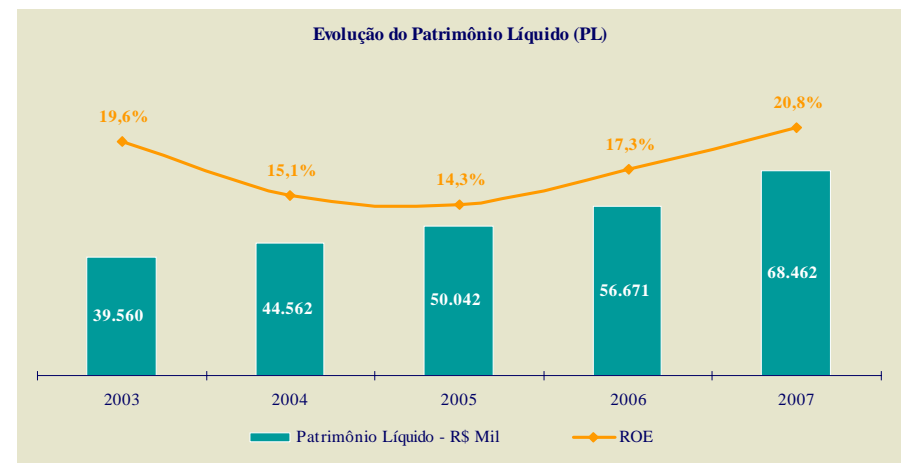
Obs: (1) Despesas = despesas da intermediação financeira + despesa pessoal + despesa tributária + despesa administrativas + outras despesas operacionais

(2) Receitas Operacionais = receitas da intermediação financeira + receita de prestação de serviços + outras receitas operacionais

Patrimônio Líquido

Após a capitalização do **BEP** em 1998, como parte do processo de saneamento, o Banco vem apresentando resultados positivos e conseqüente aumento do patrimônio líquido. Entre 2003 e 2007, o patrimônio líquido apresentou crescimento médio anual de 17%, acompanhando os resultados positivos obtidos nesses anos.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do Patrimônio Líquido e ROE (*Return on Equity*) entre os anos de 2003 e 2007:



Fonte: **BEP e Análise Deloitte.**

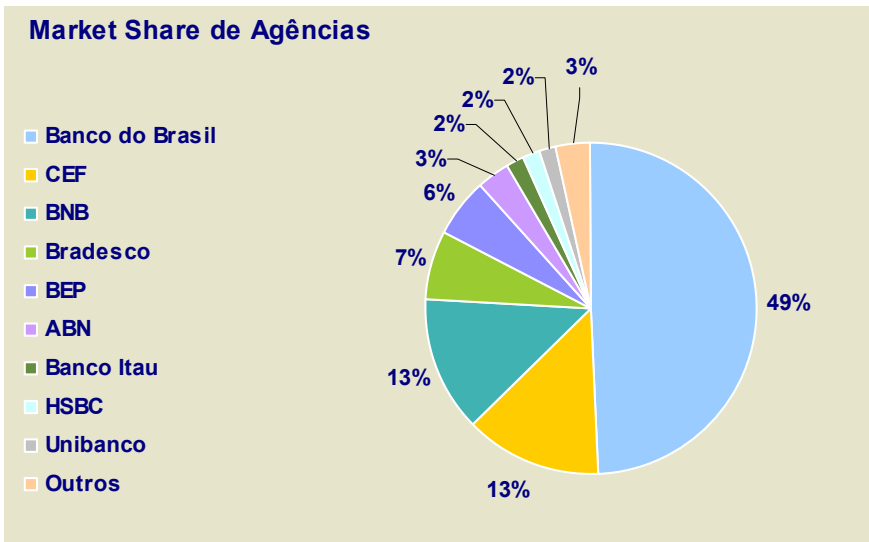
Análise de Competitividade



Análise de Competitividade

Rede de agências

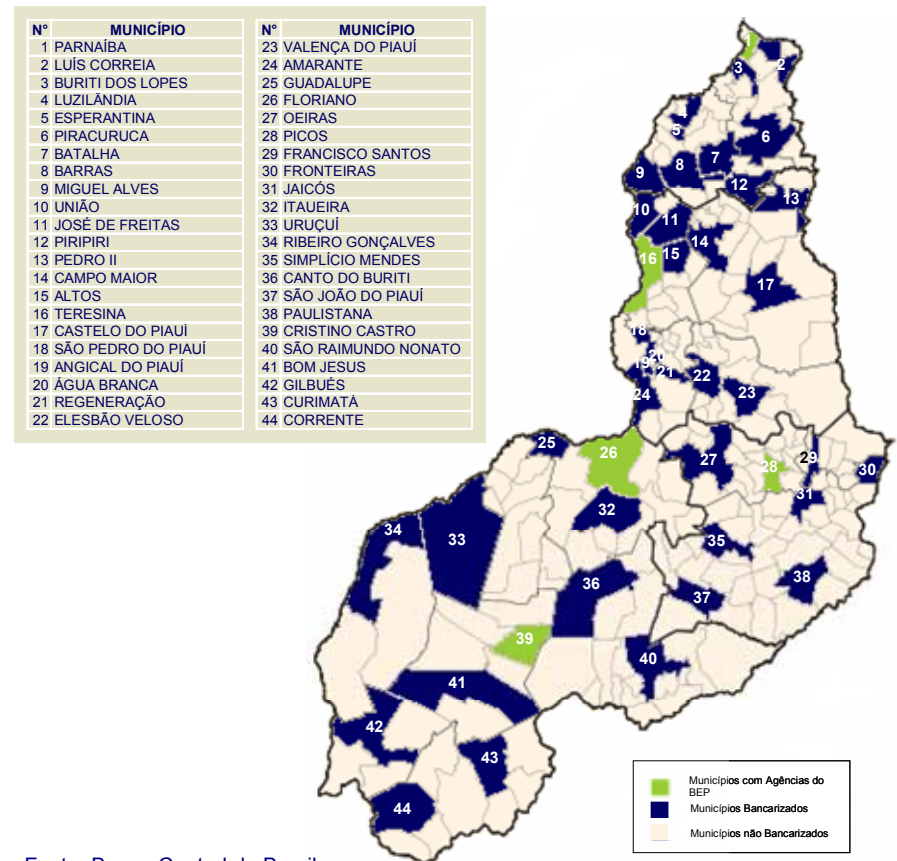
Conforme citado no Capítulo “Aspectos Gerais”, o **BEP** conta com uma rede de 7 agências, número pouco expressivo quando comparado com a rede de agências dos principais bancos instalados no Estado do Piauí, tais como, **BB**, **CEF** e Banco do Nordeste, os quais detêm respectivamente 59, 16 e 16 agências no Estado. Vale ressaltar que, o **BB** está presente em quase todos os municípios bancarizados do Estado, exceto Cristino Castro (município onde somente o **BEP** encontra-se instalado). O gráfico a seguir demonstra o *market share* de agências do Estado do Piauí:



Fonte: Banco Central do Brasil.

Distribuição das Agências

O mapa seguir demonstra a distribuição geográfica das agências do **BEP** e a relação de todos os Municípios bancarizados do Estado de Piauí:



Fonte: Banco Central do Brasil.

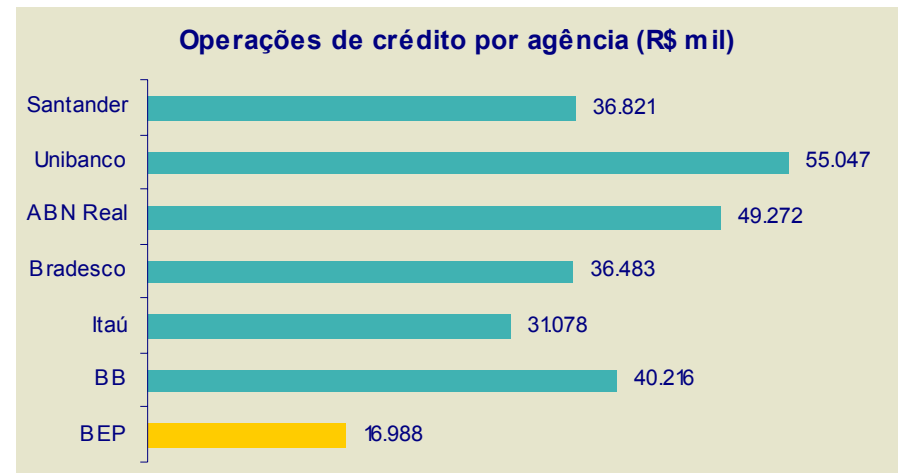
Análise de Competitividade

A seguir apresentamos uma série de gráficos comparativos do mercado financeiro, pelos quais se pode ter uma perspectiva da inserção do **BEP** dentro do sistema financeiro nacional.

Operações por Agência

Com relação às operações do **BEP**, quando comparadas a outras instituições bancárias, podemos perceber que seus indicadores, em relação a operações de crédito e depósitos por agência, são modestos.

O desempenho das operações de crédito explica-se pela política adotada pelo Banco após a federalização, que tem sua carteira de crédito formada basicamente por pessoas físicas (compostas basicamente por funcionários públicos). Já o desempenho dos depósitos por agência, do **BEP**, encontra-se próximo à média das principais instituições bancárias do país, devido a concentração dos depósitos do governo do Estado.



Fonte: Banco Central do Brasil – Ranking 50 maiores / **BEP** / Análises Deloitte.

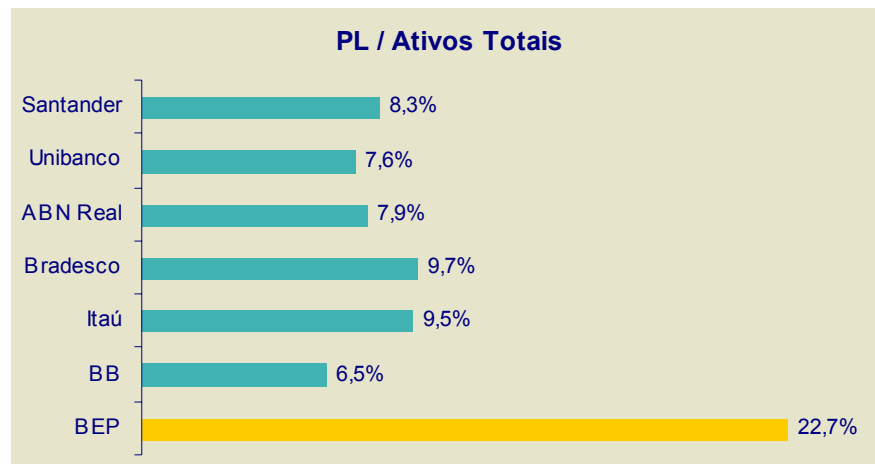


Fonte: Banco Central do Brasil – Ranking 50 maiores / **BEP** / Análises Deloitte.

Análise de Competitividade

Alavancagem das Operações

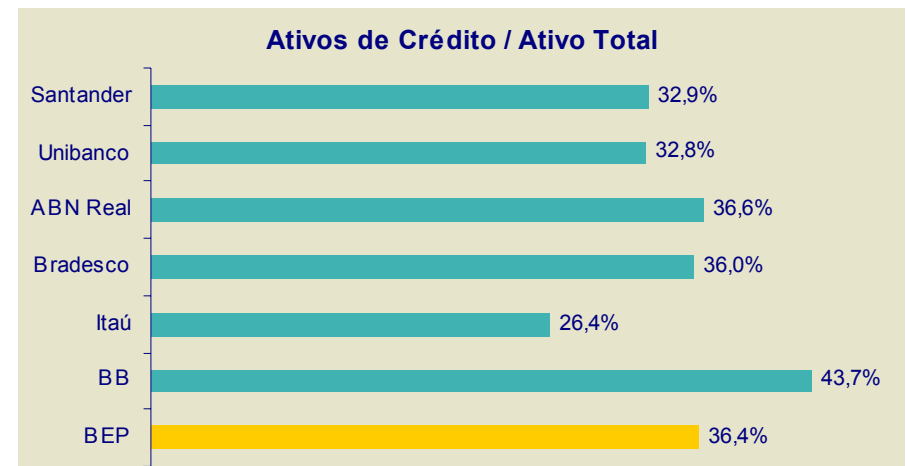
Podemos verificar no gráfico a seguir o alto índice de capitalização do **BEP** comparado com as demais instituições financeiras do mercado nacional. Esse índice elevado vai ao encontro da política de cunho conservadora implantada no **BEP**.



Fonte: Banco Central do Brasil – Ranking 50 maiores / **BEP** / Análises Deloitte.

Indicadores de Contas Patrimoniais

Apesar da reduzida quantidade de produtos de crédito oferecidos pelo **BEP**, verifica-se que o indicador de ativos de créditos sobre os ativos totais está em conformidade com as demais instituições analisadas. Entretanto, o perfil de risco dos ativos de créditos do **BEP** é significativamente menor que a média de mercado, devido a alta representatividade do crédito consignado em relação às operações totais de crédito.

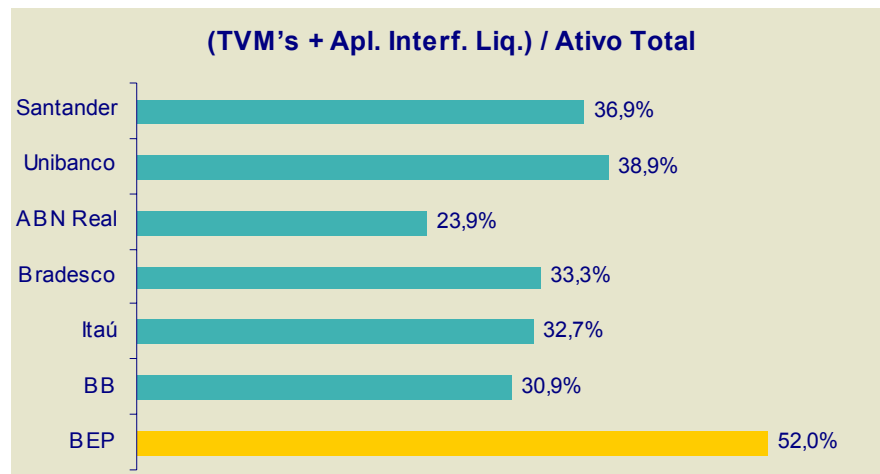


Fonte: Banco Central do Brasil – Ranking 50 maiores / **BEP** / Análises Deloitte.

Análise de Competitividade

Indicadores de Contas Patrimoniais (cont.)

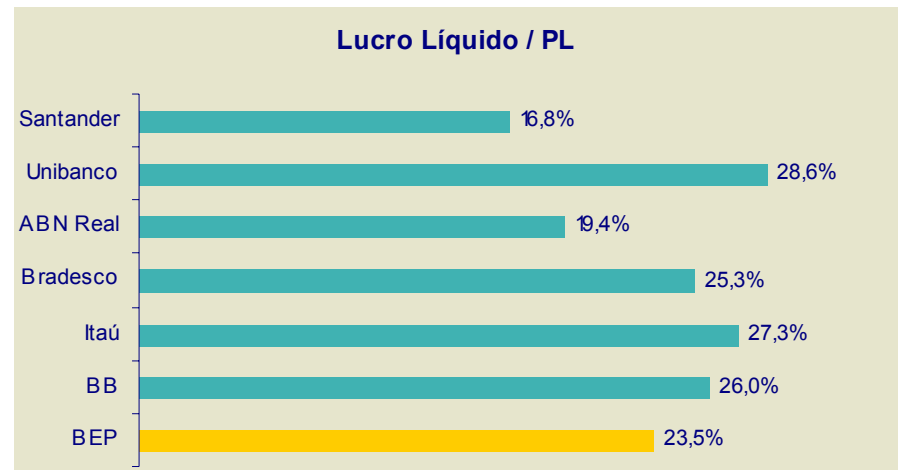
Analisando o índice de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e TVM sobre os Ativos Totais, nota-se que o **BEP**, em comparação aos demais bancos analisados, possui o índice mais elevado, novamente explicado pela baixa exposição do Banco ao risco, princípio de sua política operacional.



Fonte: Banco Central do Brasil – Ranking 50 maiores / **BEP** / Análises Deloitte.

Índice de Retorno

Verifica-se que o índice de retorno sobre o patrimônio do **BEP** encontra-se em conformidade com a média das instituições financeiras analisadas. Apesar da política operacional do **BEP** ser mais conservadora que a das demais instituições, o baixo índice de inadimplência das operações de crédito, aliado ao programa de redução de custos do Banco fazem com que o indicador de lucro líquido sobre PL se mantenha em patamares similares à média de mercado.



Fonte: Banco Central do Brasil – Ranking 50 maiores / **BEP** / Análises Deloitte.

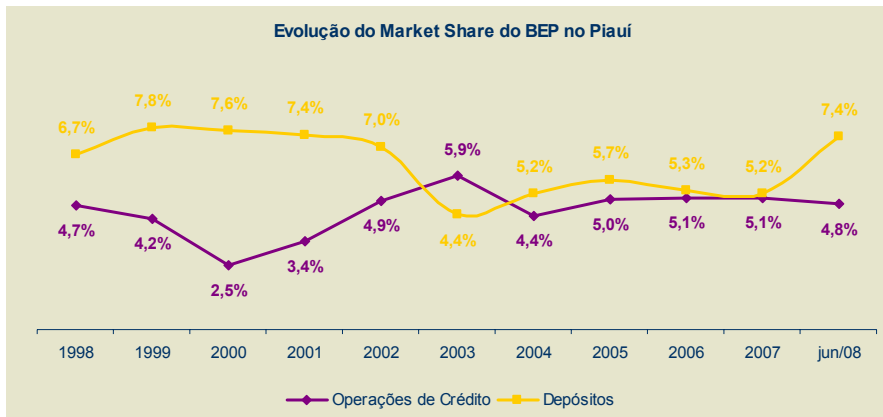
Análise de Competitividade

Market Share

O **BEP** possui pequena participação nas operações de crédito e depósitos do Estado do Piauí, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Em dezembro de 2000, verifica-se redução acentuada no market share das operações de crédito, devido à venda da carteira imobiliária ao Estado, como parte do processo de saneamento do Banco.

O aumento da participação de mercado dos depósitos em junho de 2008, deve-se principalmente ao incremento dos depósitos de governo, de aproximadamente R\$77 milhões.



Fonte: Banco Central do Brasil / **BEP** / Análises Deloitte.

Mercado de Atuação



Mercado de Atuação

Breve Histórico do Setor

O setor financeiro brasileiro atualmente é sólido, diversificado e bem regulamentado. Altos níveis de capitalização permitiram sua sobrevivência durante diversas crises nacionais e internacionais, tais como a crise mexicana (1994), a desvalorização do real (1999), a crise argentina (2001-2002), as dificuldades da corrida presidencial brasileira de 2002 e atualmente a crise do sub-prime.

A robustez do setor bancário é decorrência, em grande parte, do processo intenso de reestruturação e consolidação ocorrido na última década. No começo da década de 90, o setor teve que se adequar a passagem de um ambiente de hiperinflação para uma economia estável.

As instituições financeiras obtinham retornos elevados antes do início do Plano Real com ganhos inflacionários decorrentes da gestão do float bancário, que representava os recursos disponíveis na tesouraria do banco para aplicações de curto prazo. Com o fim do período de altas taxas de inflação, os bancos foram obrigados a reduzir suas despesas e aumentar sua eficiência. Grandes investimentos em automação e tecnologia da informação foram realizados buscando aperfeiçoar os recursos disponíveis.

A partir da estabilização da economia, grande parte dos lucros dos bancos advinha da aplicação em papéis da dívida pública.

A redução gradativa do nível de empréstimo do setor público nos últimos cinco anos vem forçando os bancos a diversificarem suas aplicações e aumentando a competição para capturar a demanda de crédito tanto das pessoas físicas como das jurídicas.

A receita originada da prestação de serviços também tem se tornado relevante para os bancos. Em 1996, o Conselho Monetário Nacional permitiu que os bancos estabelecessem livremente as taxas a serem cobradas por serviços prestados e, desde então, a receita proveniente dessa modalidade tem crescido em participação no resultado total dos bancos. O quadro a seguir demonstra o percentual de receita com prestação de serviço em relação à receita de intermediação financeira total e às despesas administrativas, dos dez maiores bancos brasileiros.

% de Participação da Receita de Prestação de Serviços - (em junho de 2008 - R\$ mil)					
Banco	Receita de prestação de serviços	Resultado de intermediação financeira	%	Despesas administrativas	%
Banco do Brasil	5.200.666	7.422.891	70,06%	7.456.619	69,75%
Itaú	4.473.158	8.481.669	52,74%	5.745.967	77,85%
Bradesco	3.590.690	8.381.831	42,84%	6.094.307	58,92%
CEF	3.630.346	6.022.781	60,28%	6.304.974	57,58%
ABN AMRO	1.646.915	4.254.499	38,71%	3.631.061	45,36%
Unibanco	1.471.950	4.980.934	29,55%	2.751.288	53,50%
Santander Banespa	1.973.272	2.944.728	67,01%	2.405.957	82,02%
HSBC	1.123.552	2.208.235	50,88%	2.362.286	47,56%
Votorantim	360.194	2.111.584	17,06%	562.860	63,99%
Safra	267.493	696.236	38,42%	710.032	37,67%
Média			46,75%		59,42%

* Despesas administrativas e de pessoal (excluem-se as despesas tributárias).

Fonte: Banco Central do Brasil - Relatório 50 Maiores Bancos.

Mercado de Atuação

Breve Histórico do Setor (continuação)

A indústria financeira global tem caminhado em direção a consolidação. O Brasil tem seguido o mesmo caminho. A partir da metade dos anos 90, o número de instituições em operação foi reduzido significativamente e aquelas que permaneceram tornaram-se maiores.

O Governo Federal autorizou, em 1997, a entrada de capital de bancos estrangeiros para a aquisição de bancos nacionais. A partir desse momento, diversos bancos nacionais privados foram adquiridos por bancos estrangeiros de grande porte, como ABN AMRO Bank, HSBC, Santander e BBVA.

Os bancos privados nacionais de grande porte também iniciaram um processo de aquisições visando bancos privados menores e bancos estaduais em processo de privatização, de forma que aumentassem o *market share* e ganhassem escala a fim de poder competir com os novos participantes estrangeiros. Esse processo de consolidação do setor reduziu em mais de 35% o número de bancos, passando de 244 em 1994 para 158 em outubro de 2008.

As mudanças observadas na indústria financeira após a adoção do Plano Real são bastante significativas principalmente quando se considera o curto espaço de tempo. As transformações recentes melhoraram a solidez do sistema financeiro, uma vez que as instituições mais frágeis e menos eficientes foram eliminadas, deixando o sistema com bancos mais capitalizados e menos vulneráveis a crises. Ademais, a redução da presença estatal e o aumento da participação estrangeira, também são fatores que tendem a aumentar a eficiência das empresas.

Mercado de Atuação

Análise do Setor

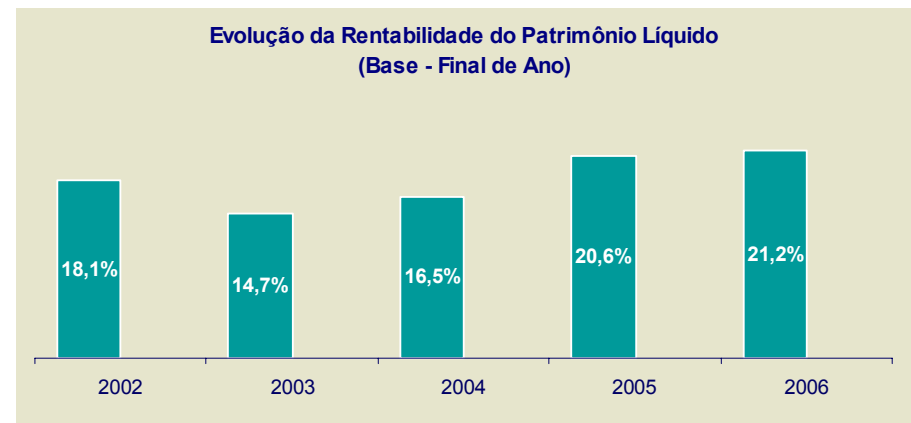
O setor financeiro brasileiro possui mais de R\$2,6 trilhões em ativos totais, aproximadamente R\$1,1 trilhão em depósitos e cerca de 18,5 mil agências. O setor apresenta significativa concentração de recursos em poucas instituições, sendo que os 10 maiores bancos detêm 78% dos ativos e 79% dos depósitos. O quadro a seguir detalha a participação das principais instituições:

*Ranking dos 20 Maiores Bancos Brasileiros
(em junho de 2008)*

Banco	Ativos total (R\$ mil)	Depósitos total (R\$ mil)	Agências
1 BB	403.468.392	195.474.967	4.117
2 ITAU	339.594.373	87.026.637	2.639
3 BRADESCO	348.350.211	123.715.108	3.205
4 CEF	264.392.895	148.014.670	2.060
5 ABN AMRO	164.211.331	70.343.450	1.148
6 UNIBANCO	169.712.541	52.795.376	947
7 SANTANDER	127.288.377	47.487.159	1.090
8 HSBC	97.489.411	53.571.798	925
9 VOTORANTIM	73.631.545	20.963.080	14
10 SAFRA	61.694.518	9.478.861	124
11 NOSSA CAIXA	54.010.850	32.998.608	560
12 CITIBANK	39.413.249	7.252.311	127
13 BNP PARIBAS	24.861.277	3.404.567	4
14 BANRISUL	23.370.995	13.169.395	423
15 CREDIT SUISSE	18.499.318	4.130.443	2
16 UBS PACTUAL	20.620.697	2.469.404	6
17 BNB	15.053.624	3.373.344	182
18 ALFA	14.143.285	3.523.172	9
19 BBM	13.485.455	3.620.579	6
20 DEUTSCHE	12.190.686	2.033.752	2
Total dos 20 maiores bancos	2.285.483.030	884.846.681	17.590
Total do Sistema Financeiro	2.631.671.141	1.028.316.797	18.498
Partição dos 20 maiores bancos	87%	86%	95%

Fonte: Banco Central do Brasil – Relatório 50 maiores

Abaixo está demonstrada a evolução do retorno sobre o patrimônio líquido do sistema financeiro nacional (consolidado bancário):



Fonte: Banco Central do Brasil

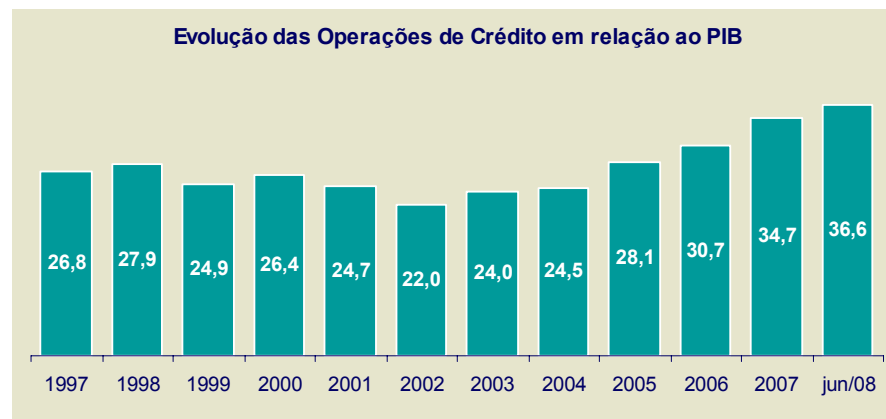
Mercado de Atuação

Operação de Crédito

Desde 2004 a demanda por crédito tem crescido expressivamente, apesar do ciclo de aperto monetário que elevou as taxas de juros reais. Dessa forma, as instituições financeiras mantiveram o crescimento do volume de recursos livres através da diminuição do *spread*.

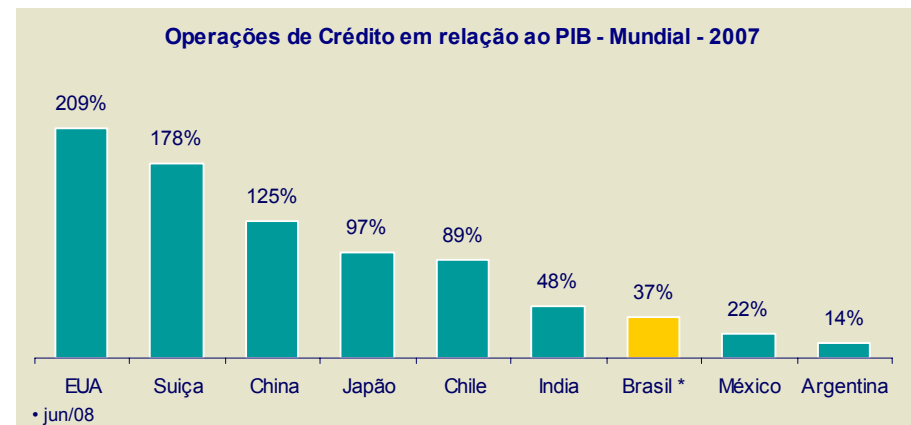
Na análise por tipo de crédito, constata-se um forte crescimento do volume de crédito concedido com recursos livres em junho de 2008, que alcançou R\$ 746,5 bilhões, um avanço de 36,1% em doze meses. O volume total de crédito do sistema financeiro nacional alcançou R\$ 1,067 trilhão em junho, o que representa um avanço de 33,4% em 12 meses.

O Gráfico a seguir demonstra a evolução das Operações de Crédito em relação ao PIB do Brasil:



Fonte: Banco Central do Brasil

Entretanto, apesar da expansão do crédito para o setor privado ter sido intensa nos últimos dois anos, o crédito disponível ainda é baixo quando comparado aos padrões internacionais. A relação entre operações de crédito e PIB é significativamente inferior à de países desenvolvidos, o que indica existência de espaço para a expansão das operações de crédito. O mesmo se observa se comparado o volume de crédito do Brasil com outros países latino-americanos em desenvolvimento, como o Chile.



Fonte: Banco Central do Brasil, FMI.

Mercado de Atuação

Operação de Crédito (continuação)

A expansão do crédito pessoal foi estimulada pela melhora dos níveis de emprego e renda e crescimento da confiança na perspectiva de manutenção da estabilidade econômica. A expansão do crédito ao consumidor também foi impulsionada pelos esforços das instituições. Os bancos tem sido pró-ativos na tentativa de aumentar a penetração dos serviços bancários. Eles têm expandido sua rede de atendimento e procurado novas opções através das agências dos correios, lotéricas, lojas de departamento e correspondentes bancários.

Ao mesmo tempo, empréstimos consignados têm aumentado o acesso ao crédito para os trabalhadores formais. Todavia, essa modalidade de crédito está bastante concentrada no funcionalismo público. Isso indica que há grande potencial para extensão do crédito consignado para os trabalhadores da iniciativa privada, como vem ocorrendo, ainda que de forma lenta.

As operações de crédito do sistema financeiro mantiveram, em junho, a trajetória de expansão observada ao longo do ano, evidenciando, entretanto, desaceleração no ritmo de crescimento dos financiamentos com pessoas físicas, exceto das operações de arrendamento mercantil [*leasing*] relacionada com veículos. Ao mesmo tempo, sobressai a ampliação dos empréstimos para empresas fundamentados em recursos domésticos, sustentada, basicamente, pelo incremento das operações com capital de giro

A demanda no setor empresarial para crédito advém do aumento das exportações e fortalecimento do consumo interno. Não obstante a melhora das contas públicas nos últimos anos, a necessidade de financiamento do governo ainda é alta, dificultando o acesso ao crédito das instituições privadas. Vale ressaltar que uma parcela do crédito destinado à pessoa física é destinada à micro-empresendedores que, em função da informalidade, utilizam os financiamentos pessoais nos seus negócios. De qualquer maneira, os números revelam a aposta no desempenho do crédito, em 2008, como um fator impulsionador da atividade econômica.

Mercado de Atuação

Taxa de Juros – Selic

A forte elevação da taxa de câmbio e dos índices de preço, verificada a partir da segunda metade de 2002, obrigou o Governo Federal a adotar uma política monetária restritiva, na tentativa de conter a crise de confiança que a economia brasileira estava passando. Dentre as medidas adotadas destacam-se o aumento da taxa básica de juros (SELIC) e dos depósitos compulsórios. Estas medidas contribuíram para a elevação das taxas de juros sobre empréstimos, aumento do *spread* bancário e, conseqüentemente, a redução do volume de operações de crédito com recursos livres.

Essas medidas lograram êxito na redução da inflação a partir do segundo semestre de 2003. Desse modo, o Banco Central adotou uma política monetária menos restritiva, reduzindo a taxa básica de juros (SELIC), a qual passou de um patamar de 26,5% em maio de 2003 para 16,5% em dezembro de 2003, e reestabelecendo o compulsório sobre depósito à vista ao nível pré-crise de confiança.

O Banco Central adotou uma postura mais ativa na condução da política monetária a partir de 2004, elevando a taxa Selic – taxa básica de juros – de 16,5%, em 2003, para 17,75% ao final de 2004. A atuação da autoridade monetária decorreu da identificação pelos membros do Copom de indícios de recomposição de preços ao lado de outras pressões altistas que apontavam para um cenário de divergência entre a inflação projetada e a trajetória das metas fixadas. No regime de metas para a inflação, adotado pelo Brasil, a autoridade monetária orienta suas decisões de acordo com os valores projetados para a inflação futura, analisando diversos cenários alternativos para a evolução das principais variáveis que determinam a dinâmica dos preços.

A política monetária mais restritiva adotada desde setembro de 2004 e mantida até meados de agosto de 2005 – taxa Selic de 19,75% - contribuiu para a consolidação de um ambiente macroeconômico mais favorável, ao dosar o ritmo da atividade econômica e reduzir os elementos de pressão atuantes sobre o nível geral de preços.

Mercado de Atuação

Taxa de Juros – Selic (continuação)

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) voltou a elevar em setembro de 2008 a taxa básica (Selic) de juros da economia brasileira em 0,75 ponto porcentual, para 13,75% ao ano. Na reunião realizada em 23 de julho, a Selic já havia sido aumentada em 0,75 ponto porcentual, revelando uma ação mais agressiva do BC de política monetária no intuito de combater a inflação. Nas reuniões anteriores do Copom, realizadas em abril e junho deste ano, a Selic foi elevada em 0,50 ponto.

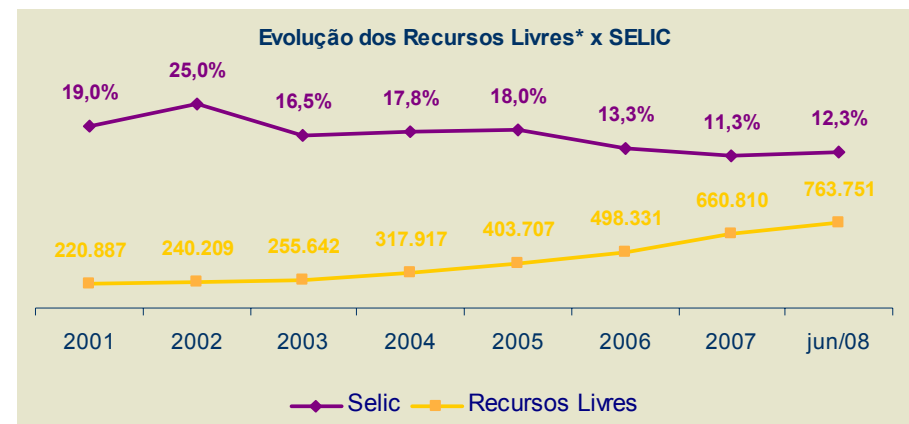
A alta dos juros básicos promovida pelo BC desde abril reflete a preocupação da autoridade monetária com a evolução dos preços e do equilíbrio na relação entre oferta e consumo no País. Antes da reunião do Copom, os bons números do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre do ano foram usados pelo presidente da instituição, para defender a política monetária, constantemente criticada pelo rigor com a inflação.

Analistas de mercado aumentaram a projeção para a taxa básica de juros, a Selic, ao final de 2008, do atual patamar de 13,75% para 14,25% ao ano. A projeção consta no boletim Focus, publicação elaborada semanalmente pelo Banco Central com base nas projeções de cerca de 100 analistas de mercado sobre os principais indicadores da economia.

A longo prazo, projeta-se uma redução gradativa da SELIC, estimando para dezembro de 2009 uma SELIC de 13,50% ao ano, atingindo no ano de 2012, 10,00% ao ano.

A média para a Selic no ano passou de 11,25% para 11,63%. Apesar da expectativa de aumento, os analistas não projetam aumento de juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do volume real de operações de crédito com recursos livres, comparativamente à evolução da taxa referencial de juros (SELIC).



* Recursos Livres Nominais

Fonte: Banco Central do Brasil

Mercado de Atuação

Taxa de Juros e Operação de Crédito

As taxas de juros cobradas dos empréstimos bancários sofreram aumento em junho de 2008, acompanhando a trajetória de alta da taxa básica de juros e colaborando para segurar o volume de crédito na economia.

As taxas de juros dos empréstimos passaram de 33,8% em dezembro de 2007 para 38,0% em junho de 2008, um aumento de 4,2 pontos percentuais. Houve maior aumento nas taxas de juros cobradas nas operações de crédito para pessoa física que passaram de 43,9% para 49,1% no período, ou seja, aumento de 5,2 pontos percentuais. Já as taxas de juros cobradas nas operações de crédito para pessoa jurídica passaram de 22,9% para 26,6%, com aumento de 3,7 pontos percentuais.

A tabela a seguir apresenta as taxas de juros prefixadas, cobradas pelos bancos, para algumas modalidades de operações de crédito com recursos livres, demonstrando sua variação no período entre dezembro de 2005 e junho de 2008.

Operação	2005	2006	2007	jun/08
Geral (média ponderada PJ, PF)	45,9%	39,8%	33,8%	38,0%
Pessoa Jurídica	31,7%	26,2%	22,9%	26,6%
Hot Money	47,4%	53,8%	43,0%	47,8%
Desconto de duplicatas	39,5%	36,6%	32,3%	38,5%
Desconto de promissórias	49,0%	48,4%	43,4%	49,3%
Capital de Giro	34,7%	31,1%	27,9%	30,4%
Conta Garantida	70,3%	64,8%	58,8%	68,8%
Aquisições de Bens	28,2%	24,2%	16,6%	17,0%
Vendor	22,5%	18,3%	16,1%	17,7%
Pessoa Física - PF	59,3%	52,1%	43,9%	49,1%
Cheque Especial	147,5%	142,0%	138,1%	159,1%
Crédito Pessoa	67,5%	57,2%	45,8%	51,4%
Aquisição de Veículos	34,8%	32,3%	28,8%	31,1%
Aquisição de Outros Bens	65,2%	61,0%	56,5%	56,7%

Fonte: Banco Central do Brasil

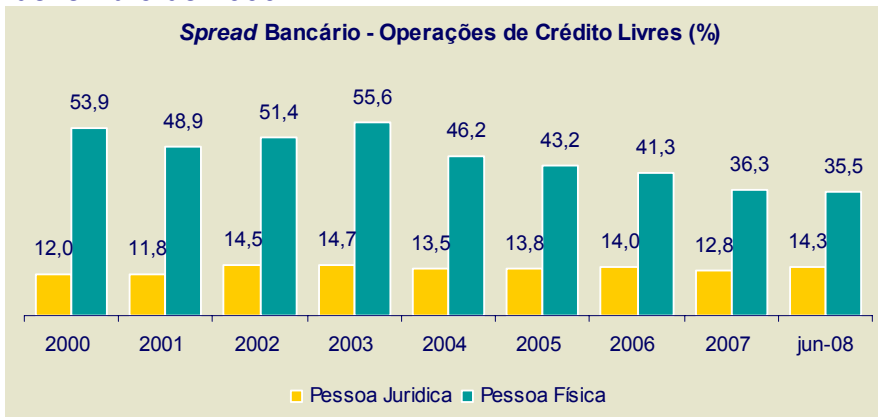
Mercado de Atuação

Taxa de Juros e Operação de Crédito (continuação)

Em 2007, o *spread* médio bruto (diferença entre a taxa de captação e aplicação) para pessoas físicas nas operações de crédito com recursos livres foi de 36,3 % a.a., ante 41,3 % a.a. em 2006, uma redução relevante de 5,0 p.p.. No primeiro semestre de 2008, o *spread* para pessoas físicas apresentou redução baixa, de aproximadamente 0,8 p.p., atingindo 35,5 % a.a..

O *spread* médio para pessoas jurídicas em 2007 apresentou uma redução de 1,2 % p.p em comparação a 2006, atingindo 12,8 % a.a.. No primeiro semestre de 2008, o *spread* para pessoas jurídicas apresentou aumento de aproximadamente 1,5 p.p., atingindo 14,3 p.p..

O gráfico a seguir apresenta a evolução do *spread* médio bancário para pessoa física e jurídica consolidado, incluindo operações prefixadas, flutuantes e pós-fixadas, desde dezembro de 2000.



Tendências do Setor

No Brasil, após décadas de insegurança e volatilidades macroeconômicas, as quais inibiram a expansão da indústria financeira, o novo panorama econômico acena com boas perspectivas para o setor. A credibilidade do setor bancário vem aumentando gradativamente devido à estabilização das variáveis macroeconômicas, confiança no crescimento e coerência das políticas monetária e fiscal.

As expectativas do setor financeiro brasileiro para os próximos anos apontam para uma expansão das operações de crédito, impulsionada pela queda das taxas de juros e *spread* bancário. Esse cenário é resultado das estimativas de retomada do crescimento econômico do Brasil e do processo de estabilização da dívida pública. Essas mudanças devem levar a uma queda nas taxas de juros e, conseqüentemente, aumentar o acesso às operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas. Além disso, com a redução das taxas de juros, torna-se mais atraente para as instituições financeiras migrar parte de seus recursos de títulos e valores mobiliários para operações de crédito.

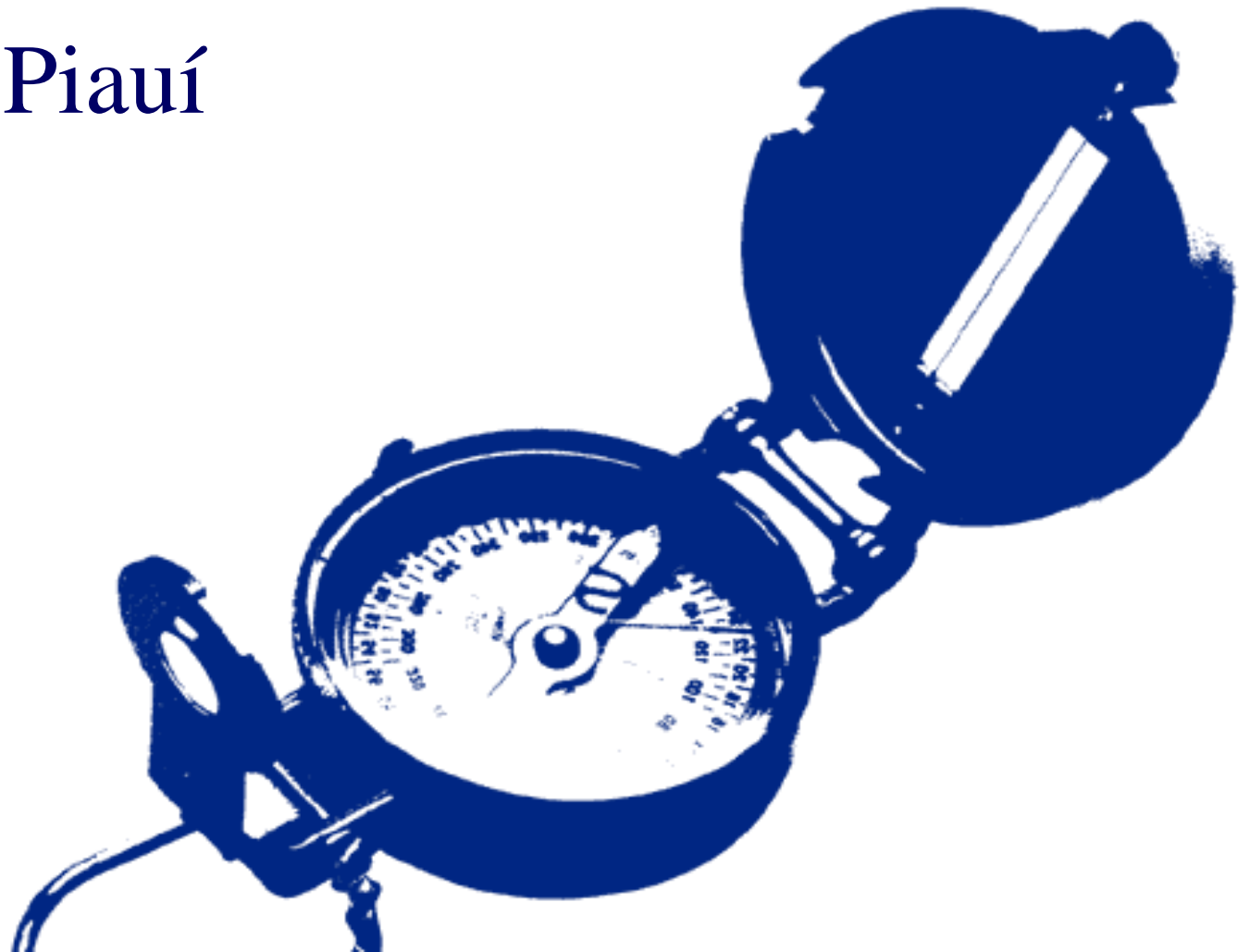
Mercado de Atuação

Tendências do Setor (continuação)

Além da expansão do crédito de forma geral, especialistas do setor sinalizam o potencial de crescimento do crédito imobiliário. A queda dos juros, a estabilidade da economia e a melhora no ambiente regulatório (que facilita a retomada dos imóveis em caso de inadimplência) estimularão as instituições financeiras a investir mais no segmento, onde ainda existe uma demanda reprimida por parte dos consumidores. Sob o ponto de vista dos consumidores, a estabilidade macroeconômica e a melhora dos níveis de emprego e renda reduz a aversão à tomada de empréstimos de longo prazo. Vale ressaltar que, apesar do forte apoio do Governo Federal, que anunciou em fevereiro de 2007 medidas de incentivo à construção civil, com redução da carga tributária e um orçamento recorde de R\$ 18,7 bilhões para habitação, as condições do financiamento imobiliário no país ainda não atendem à capacidade de pagamento das famílias com renda média e média baixa, onde se concentra o déficit habitacional.

Os bancos estão também buscando expandir sua atuação em produtos que podem ser comercializados através de suas redes de agências e postos, como por exemplo, gestão de recursos de terceiros (*asset management*). Ademais, o faturamento com tarifas de serviços, determinado tanto pelo aumento de preços quanto pela maior movimentação bancária, continuará contribuindo de forma significativa para o bom desempenho dos bancos.

Panorama do Estado do Piauí



Panorama do Estado do Piauí

Informações Gerais

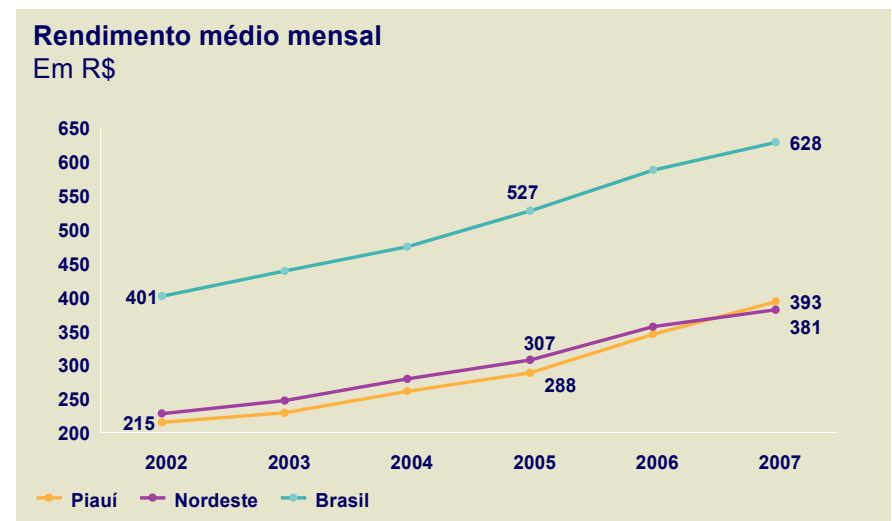
- O quadro a seguir demonstra os principais municípios do Piauí e sua respectiva população e PIB per capita.

Principais municípios do Piauí			
População / PIB em 2005			
Município	População Milhares	PIB R\$ Milhões	PIB per Capta
Teresina	789	5.246	6.650
Parnaíba	142	498	3.510
Picos	71	375	5.282
Piripiri	62	155	2.496
Floriano	57	254	4.488
União	42	119	2.838
Campo Maior	42	141	3.392
Demais municípios	1.803	4.337	2.360
Total	3.008	11.125	3.700

Fonte: Análise Deloitte (a partir da consolidação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Indicadores Sócio Econômicos

A renda média mensal, que sempre esteve abaixo da média do Nordeste, atingiu R\$ 393,00 em 2007, superando a média da região pela primeira vez desde 2002.



Fonte: Análise Deloitte (a partir da consolidação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Panorama do Estado do Piauí

Atividade Econômica

Segundo o IBGE, os setores básicos da economia são representados pelas seguintes atividades:

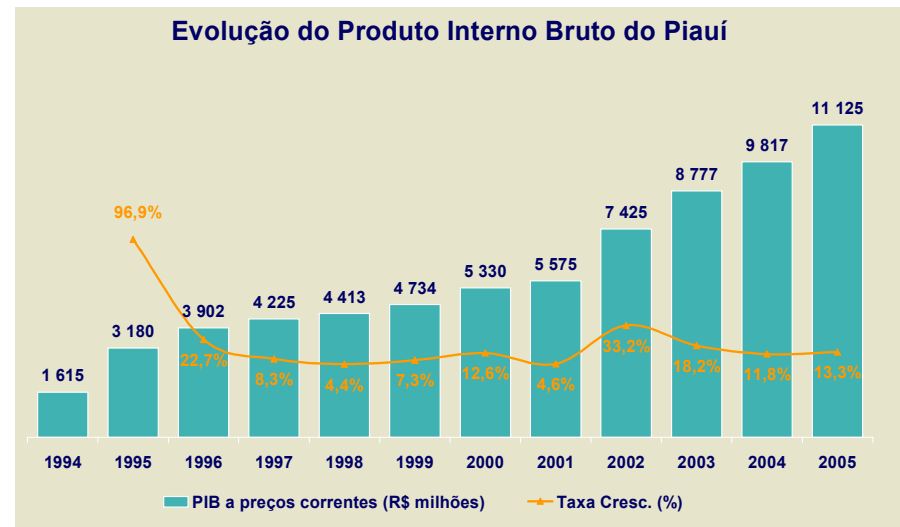
- Agricultura - Castanha-de-caju, soja, cana-de-açúcar e outras culturas;
- Indústria – Alimentos e bebidas, produtos não-metálicos e químicos;
- Serviços – Comércio e turismo.

Estado do PIAUÍ	
PIB por setores	R\$ Milhões
Agropecuária	1.136
Indústria	1.699
Serviços	7.126
Impostos	1.165
PIB Total	11.125

Capital TERESINA	
PIB por setores	R\$ Milhões
Agropecuária	42
Indústria	1.030
Serviços	3.364
Impostos	810
PIB Total	5.246

Evolução do PIB

Na agricultura, os cultivos de soja e milho são as atividades que mais contribuem para a taxa global de crescimento da economia. A economia como um todo vem sendo impulsionada positivamente pelas atividades relacionadas ao Comércio, devido ao aumento do volume de vendas no varejo.



Fonte: Análise Deloitte (a partir da consolidação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Panorama do Estado do Piauí

Evolução do PIB (continuação)

O desempenho da economia nordestina vem sendo sustentado pelo vigor da demanda interna e é impulsionado, adicionalmente, pela intensificação dos programas sociais do governo federal.

O Piauí acompanha o ritmo de crescimento da atividade econômica verificada nos demais estados nordestinos.

Produto Interno Bruto a preços correntes

Taxa de crescimento (%)

Estados	2003	2004	2005	Média (2003 - 2005)
Bahia	12,3	16,0	15,0	14,4%
Pernambuco	11,5	12,0	13,4	12,3%
Ceará	12,7	13,2	11,0	12,3%
Maranhão	19,6	16,9	17,2	17,9%
Rio Grande do Norte	10,8	15,3	14,6	13,6%
Paraíba	13,9	6,1	12,3	10,7%
Alagoas	14,2	15,0	9,7	12,9%
Sergipe	15,0	11,9	10,3	12,4%
Piauí	18,2	11,8	13,3	14,4%
Nordeste	13,3	13,8	13,5	13,6%

Fonte: Deloitte Brazil Research (a partir da consolidação de dados do Banco Central do Brasil - BC).

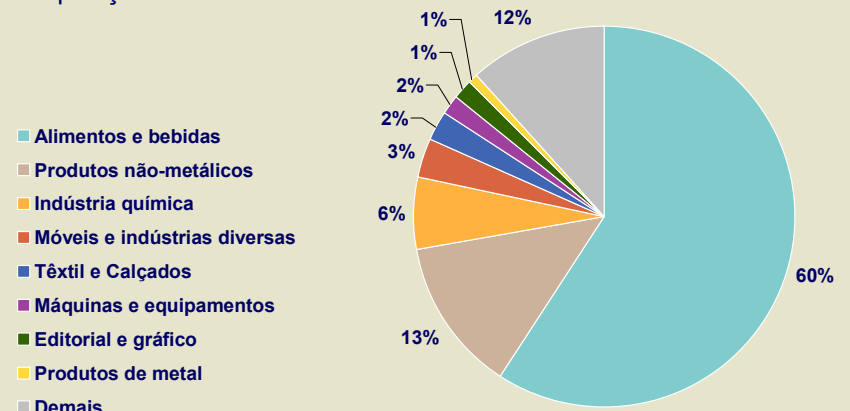
Entre os estados do Nordeste, o Piauí contribui com cerca de 4% da atividade econômica realizada na região econômica realizada na região e essa participação vem se mantendo ao longo do período.

Indústria de transformação

Na indústria de transformação, destacam-se as atividades de alimentos e bebidas, produtos não-metálicos e indústria química.

Indústria de transformação em 2006

Composição



Fonte: Deloitte Brazil Research (a partir da consolidação de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Panorama do Estado do Piauí

Turismo

O turismo apresenta-se mais forte na região norte do estado, nos municípios de Parnaíba e Luís Correia. Os diversos parques nacionais, em sua maioria, estão ao sul do estado.

Cadastros na Embratur em 2006

Agências de turismo	
Piauí	20
Brasil	7.861

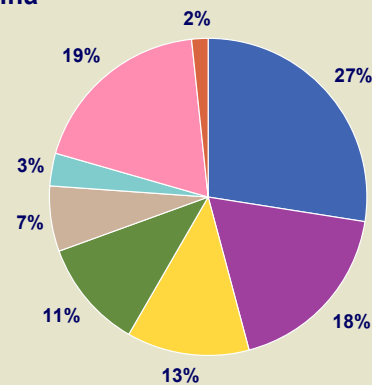
Transportadoras turísticas	
Piauí	51
Brasil	6.289

Meios de hospedagem	
Piauí	12
Brasil	4.293

Organizadores de eventos	
Piauí	5
Brasil	540

Procedência dos turistas em Teresina Composição em 2007

- Outros municípios do Piauí
- São Paulo
- Ceará
- Distrito Federal
- Maranhão
- Rio de Janeiro
- Demais estados
- Exterior



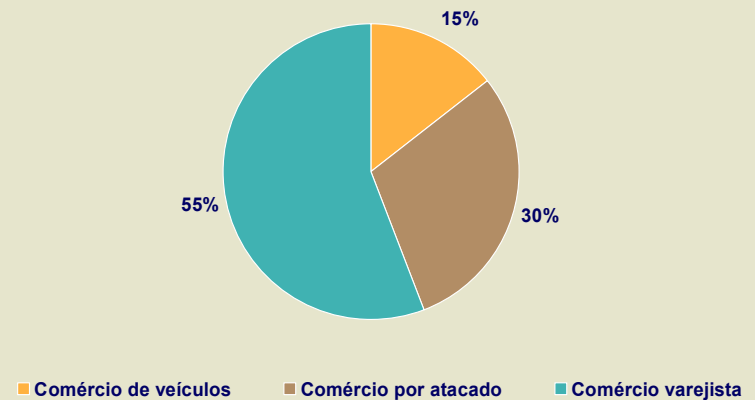
Fonte: Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais - CEPRO.

Comércio

Conforme demonstrado no gráfico, a principal atividade no setor de serviços é o comércio varejista – 55% da receita bruta.

Atividades comerciais	Empresas Unidades	Pessoas ocupadas	Receita bruta R\$ milhões
Comércio de veículos	1 373	5 899	1 137
Comércio por atacado	894	8 944	2 329
Comércio varejista	16 464	56 987	4 372
Total	18 731	71 830	7 838

Comércio varejista e atacadista Composição em 2006



Panorama do Estado do Piauí

Evolução dos preços

A variação do custo de vida na capital Teresina é crescente e se encontra acima da média nacional, medida pelo IPCA.

Índice de preços ao consumidor de Teresina - IPC

Variação % anual

Grupos	2003	2004	2005	2006	2007	2008 Jan-Ago
Alimentação	10.1	6.8	6.1	7.7	12.8	15.0
Habitação	9.6	9.9	8.0	4.4	2.5	3.4
Artigos de residência	5.1	6.6	9.6	5.0	2.4	2.7
Vestuário	10.6	7.1	7.9	5.6	1.8	6.0
Transportes e comunicações	11.6	6.7	5.5	2.5	5.0	2.4
Saúde e cuidados pessoais	12.0	6.8	5.9	7.2	3.7	5.8
Serviços pessoais	12.8	9.2	6.1	9.0	6.0	7.9
Índice geral	10.6	7.9	6.7	6.3	6.5	8.0
IPCA - Brasil	9.3	7.6	5.7	3.1	4.5	4.5

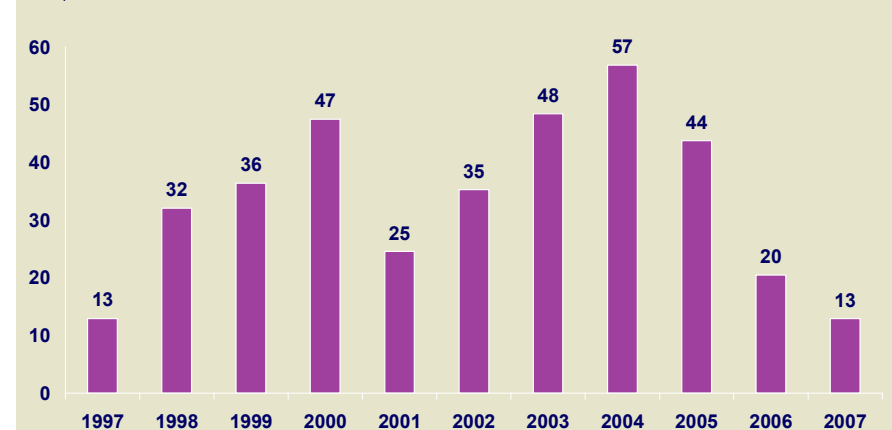
Fonte: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais - CEPRO e IBGE.

Evolução do saldo comercial

As exportações vêm registrando um excelente desempenho em 2008, com o maior percentual de crescimento entre todos os Estados do Brasil. As ceras vegetais, principalmente carnaúba, continuam a liderar a pauta de exportação do Estado. Em seguida, a soja (US\$ 13 milhões) e a castanha-de-caju (US\$ 3 milhões).

Saldo comercial do Piauí

US\$ milhões



Fonte: Deloitte Brazil Research (a partir da consolidação de dados do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior - MDIC).

Metodologia de Avaliação



Metodologia de Avaliação

Metodologia de Avaliação

Em geral, os métodos de avaliação podem ser divididos em três grupos:

- Método da lucratividade;
- Método dos ativos; e
- Método do mercado.

Método da Lucratividade

O Método da lucratividade prevê a continuidade das atividades do empreendimento visando à sua probabilidade e capacidade potencial em gerar fluxo de caixa para o acionista. Nesse sentido, o valor da empresa está representado pelo valor presente dos benefícios econômicos (descontado por uma taxa que reflete a estimativa do risco associado ao empreendimento) que serão gerados no futuro. Os empreendimentos em marcha são geralmente avaliados sob os seguintes enfoques:

- 1) Fluxo de caixa descontado a valor presente; e
- 2) Capitalização de lucros constantes

Método dos Ativos

O Método dos ativos é geralmente empregado para avaliar certos tipos de negócios, tais como empresas imobiliárias ou empresas *holding*, para determinar o *goodwill* de um negócio e quando um negócio é incapaz de gerar um retorno adequado do investimento, devendo ser liquidado.

Esses métodos são às vezes combinados para avaliação de um negócio. Nesse caso, todos os ativos e passivos são avaliados individualmente, como negócio em marcha ou presumindo liquidação, e então somados.

O valor de liquidação é geralmente empregado para avaliar um negócio quando este é incapaz de gerar um retorno adequado do investimento em suas operações ou quando a natureza da empresa é tal que um comprador olharia apenas o ativo em si. A estimativa do valor de mercado, líquido dos custos relacionados à alienação desses ativos, é feita de uma maneira ordenada que minimiza as perdas e/ou os impostos incidentes.

Metodologia de Avaliação

Método do Mercado

O Método do mercado baseia-se no princípio da substituição, assumindo-se que um comprador prudente não vai pagar mais por uma atividade do que o custo de adquirir um empreendimento similar e com a mesma finalidade. Sob essa metodologia, há dois enfoques de avaliação:

- 1) Comparação com operações de fusões e aquisições recentes; e
- 2) Múltiplos comparáveis.

Complementaridade entre as Metodologias

Considerando que, para a maioria das empresas, o valor desta depende da capacidade das operações de proporcionar uma taxa de retorno apropriada para remunerar os acionistas, o método da lucratividade normalmente precede aos demais.

Então, como investidor prudente, o capitalista olhará para o mercado, checando e confirmando os preços das empresas comparáveis a fim de identificar *guideline assets*, verificando, assim, se possui alternativas de aquisição por preço mais favorável. Se empreendimentos idênticos, ou suficientemente similares, não são negociados no mercado, o empreendedor poderá usar o *guideline* mais semelhante e realizar ajustamentos considerando os elementos particulares, portanto adotando o método do mercado.

Complementarmente, em vez de o investidor adquirir o empreendimento considerando o projeto como um todo e em condições de operação, esse prudente investidor poderá também verificar a opção de adquirir os ativos necessários ao empreendimento de forma fracionada no mercado a custo inferior. Assim fazendo, o comprador estima o custo de reposição dos ativos em novas condições, e realiza ajustamentos considerando o fato de que cada ativo não é novo e está sujeito à sua curva de depreciação e obsolescência, sob o ponto de vista do método dos ativos.

A moderna teoria de avaliação considera que as três abordagens "podem" ser consideradas em conjunto e de forma complementar, mas caberá ao avaliador - segundo as particularidades da empresa analisada, do segmento de atuação e, particularmente, do país onde a empresa se encontra e da qualidade e do volume das informações disponíveis - julgar a aplicação da metodologia mais adequada.

Metodologia de Avaliação

Metodologia Adotada para Avaliação Econômico-Financeira do *BEP*

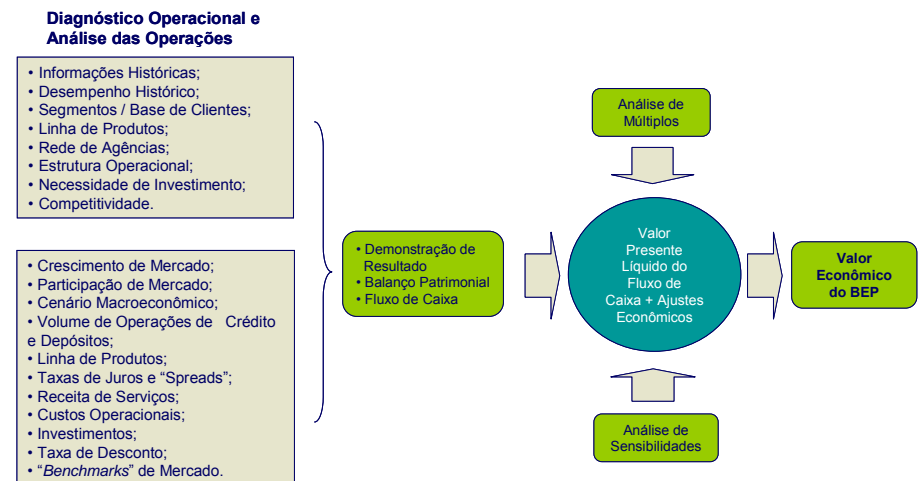
Com base no escopo definido no Contrato de Prestação de Serviços nº 012/2008, a metodologia adotada para a avaliação econômico-financeira foi o fluxo de caixa descontado para o acionista (método da lucratividade).

Esta metodologia está fundamentada no conceito de que o valor econômico inerente a um ativo ou negócio está diretamente relacionado aos montantes e às épocas nas quais os fluxos de caixa, livres, oriundos desses ativos, estarão disponíveis. Isso porque somente o caixa gerado para o acionista pode ser usado para pagamento de dividendos ou novos investimentos. Portanto, para o acionista, o valor das ações é medido pelo montante de recursos financeiros, que se espera sejam gerados no futuro pelo negócio, descontados ao seu valor presente. Por essa metodologia, portanto, pode-se estimar o valor econômico dos ativos operacionais, tangíveis e intangíveis.

Como esse método reflete, exclusivamente, o valor dos ativos operacionais, isto é, aqueles que participam na geração dos fluxos de caixa para o acionista, a esses fluxos devem ser somados os valores dos ativos redundantes ou não operacionais ao seu valor presente, assim como deduzidos os valores de financiamentos não equacionados com a geração de caixa operacional, quando aplicável.

A abordagem adotada no desenvolvimento da avaliação econômico-financeira pode ser resumida pelo quadro a seguir:

Abordagem de Avaliação



Taxa de Desconto



Taxa de Desconto

Conceitualmente, podemos dizer que existem duas formas clássicas para definição da taxa de desconto sendo: (i) a forma qualitativa, a qual consiste na formação da taxa de desconto por meio de variáveis subjetivas e ponderadas considerando seu peso relativo, através do julgamento do consultor (avaliador); e (ii) a forma quantitativa, que consiste na composição da taxa de desconto através de modelos matemáticos.

Neste trabalho, pelas características do **BEP** e sua área de atuação, aplicamos o método quantitativo, formatado a partir de referências do mercado norte-americano, ajustado ao risco Brasil.

A taxa de desconto utilizada é também conhecida como taxa de retorno esperada pelos investidores para direcionar recursos para um investimento específico. A taxa de desconto é uma taxa percentual composta que será aplicada para descontar a valor presente os fluxos de caixa gerados pela operação. Essa taxa é também análoga ao custo de oportunidade da empresa, que, em termos econômicos, pode ser definido como o custo da opção pela melhor alternativa de investimento em ambas: (i) oportunidades de risco equivalente, mas com um retorno esperado superior; ou (ii) oportunidades de menor risco e com o mesmo retorno esperado.

Vários modelos matemáticos têm sido utilizados por consultores financeiros, corretores de ações e outros profissionais envolvidos em avaliações econômico-financeiras de empresas para definição da taxa de desconto. O modelo mais utilizado e de grande aceitação no mercado para avaliação de instituições financeiras é o *Capital Asset Pricing Model* - CAPM, ou custo do capital próprio.

O custo do capital próprio é normalmente estimado observando o retorno obtido por investidores no mercado, tendo sido o modelo denominado CAPM desenvolvido para facilitar e quantificar esse tipo de observação.

O modelo assume essencialmente que um investidor requer, no mínimo, o retorno oferecido por títulos considerados sem risco. São assumidos como títulos sem risco os títulos de longo prazo do governo norte-americano.

Determinado o retorno exigido por um investidor em um título sem risco, é necessário determinar o risco excedente ou adicional para um investimento com risco maior. Esse excedente é determinado pela diferença entre o retorno histórico de mercado e o retorno proporcionado por um ativo sem risco.

Taxa de Desconto

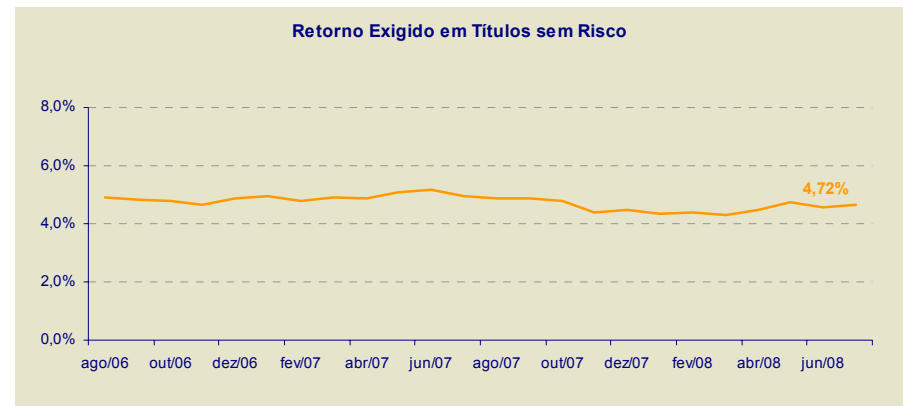
Aritmeticamente, a fórmula de cálculo do CAPM é:

$$K_e = R_f + \beta (RP_m) + RP_u$$

K_e = custo do capital próprio ou do acionista
 R_f = taxa livre de risco
 B = Beta
 RP_m = prêmio pelo risco de mercado
 RP_u = risco país + risco específico (se aplicável)

Em nosso estudo consideramos os seguintes aspectos:

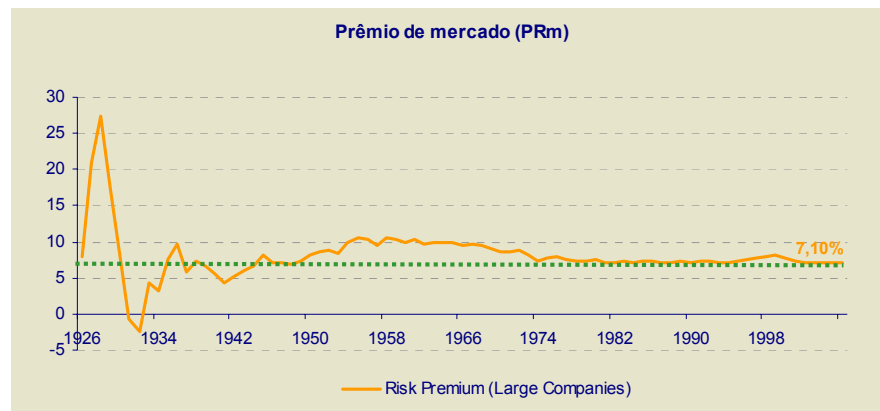
Retorno exigido em títulos sem risco (Rf): Representa o retorno requerido pelo investidor para investimentos em títulos conceitualmente sem risco (*Risk Free*). Foi adotado como parâmetro de taxa livre de risco a média aritmética histórica dos últimos 24 meses das taxas oferecidas pelo governo norte-americano (T-Bond norte-americano de 30 anos).



Fonte: Análise Deloitte

Taxa de Desconto

Prêmio de mercado (PRm): Representa o retorno acima da taxa livre de risco que o investidor exige para investir (estar exposto ao risco) no mercado de capitais (*Equity Risk Premium*), devido a seu risco inerente. Foi adotado o prêmio médio verificado para as ações (valorização e dividendos pagos) de grandes empresas americanas desde 1926.



Fonte: Morningstar (ex Ibbotson Associates).

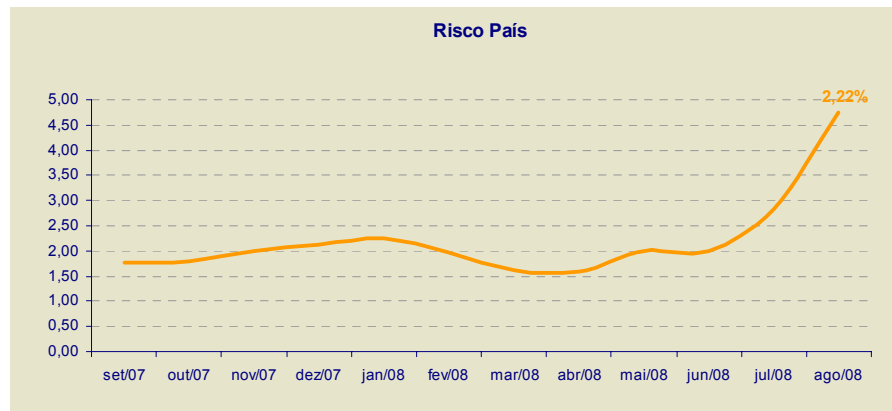
Beta (β): Representa a medida do risco da empresa ou do setor em análise. Para o cálculo do Beta, foi utilizado o Beta desalavancado médio de bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco e Banco do Brasil), com base na estrutura de capitais e taxa de imposto de renda de cada instituição. Esse beta médio foi realavancado utilizando-se a estrutura de capitais média do mercado e pela taxa de imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) aplicadas às instituições financeiras, de 40%.

Banco	Beta (Bolsa Local)	Relação Debt/Equity	Alíquota de Impostos	Beta Desalavancado	Beta Alavancado
Bradesco	0,97	142%	40%	0,52	1,00
Itaú	0,99	101%	40%	0,62	1,18
Unibanco	1,03	137%	40%	0,57	1,08
Banco do Brasil	1,01	285%	40%	0,37	0,71
Média Adotada					0,99

Fonte: Análise Deloitte

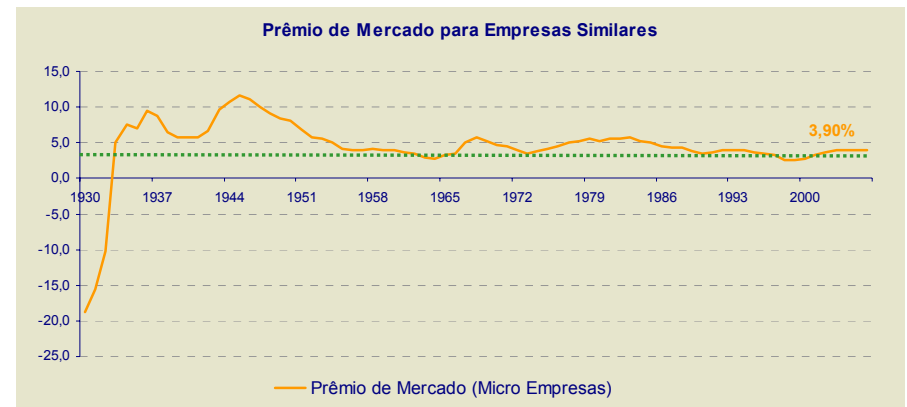
Taxa de Desconto

Prêmio para o Risco País: Representa o montante adicional de juros (prêmio) exigido pelo investidor institucional para investir no Brasil (*Country Risk Premium*). Foi adotado como prêmio, a média aritmética do spread dos últimos 12 meses praticado entre os títulos do governo brasileiro e do governo norte-americano de prazo similar.



Fonte: Análise Deloitte

Prêmio pelo tamanho da empresa: Representa o montante adicional de juros (prêmio) exigido pelo investidor institucional conforme o tamanho da empresa (*size premium*). Foi adotado o prêmio médio verificado para as ações (valorização e dividendos pagos) de micro empresas americanas desde 1926.



Fonte: Morningstar (ex Ibbotson Associates).

Taxa de Desconto

Taxa de Inflação americana: Representa a inflação anual de longo prazo norte-americana (2,51%) calculada com base na expectativa embutida de inflação nos títulos de longo prazo (T-Bond norte-americano de 30 anos) oferecidos pelo governo norte-americano, que possuem rendimento indexado ao CPI (*Consumer Price Index*).

Taxa de Inflação brasileira: Foi estimada com base no cenário macroeconômico de longo prazo, demonstrado no capítulo “Premissas e Considerações”.

A taxa de desconto é composta da seguinte forma:

Fórmulas	
$Ke = Rf + B*(RP_m) + R_{pu}$	
Taxa Livre de Risco (Rf)	4,72%
Prêmio de Mercado (RP _m)	7,10%
Beta (B)	0,99
Risco País (R _{pu})	2,22%
Risco pelo Tamanho da Empresa (R _{pu})	3,90%
Risco Específico Relacionado	0,00%
Custo do Capital Próprio Nominal (Ke)	17,88%
Taxa de inflação americana	2,51%
Custo do Capital Próprio Real	14,99%
Taxa de Inflação brasileira	4,35%
CAPM Nominal em R\$	19,99%

Fonte de Informação



Fonte de Informação

Em nosso processo de avaliação, as estimativas, premissas e considerações foram baseadas em documentos e informações, os quais, em sua maioria, foram fornecidos pela Administração do **BEP**. Estes documentos e informações que foram revisados e considerados, porém não auditados, incluem, entre outros, os seguintes:

- Estatuto Social e Organograma;
- Composição Acionária;
- Demonstrações financeiras auditadas e Parecer dos Auditores Independentes de 2003 a 2007 e período findo em junho de 2008.;
- Informações Anuais IAN de 2003 a 2007;
- Histórico das operações de crédito e captações;
- Balancetes contábeis;
- Relatório do Banco Central (PCOS250) com informações do mercado bancário do Piauí;
- Relação histórica com a evolução no número de empregados;
- Cálculo do nível de enquadramento conforme Acordo da Basileia para a data-base;
- Relatório de *Due Diligence*;
- Informações Sócio-Econômicas do Estado do Piauí; e
- Histórico de recuperação de crédito;

Além da utilização dos documentos e informações mencionados anteriormente, foram realizadas reuniões com a Administração do **BEP**, buscando informações que permitissem melhorar o entendimento do banco, bem como discutir as principais premissas e considerações que balizaram este estudo.

Premissas e Considerações



Considerações Gerais

- Data-base de avaliação: 30 de junho de 2008.
- Balanço de partida contempla os ajustes propostos pela equipe de auditoria da Deloitte.
- Cenário operacional único, considerando os impactos decorrentes do Contrato de Prestação de Serviços Financeiros celebrado entre Estado PI / **BB** / **BEP** e conseqüente redução das operações de captação e operações de crédito.
- Para efeito das projeções assumimos que a incorporação do **BEP** pelo **BB** será efetuada no final de novembro/2008.
- Os valores projetados estão apresentados em termos nominais, isto é, consideram efeitos inflacionários futuros.
- Horizonte projetivo de 14 anos e ½ (julho de 2008 à dezembro de 2022).
- Acordo de Basileia: enquadramento de 14,1% com base em benchmark do setor em junho de 2008 (bancos analisados: **BB**, Itaú, Bradesco, ABN Amro, Unibanco e Santander).
- Capital excedente: somado ao valor econômico.
- CAPM de 19,99% a.a. (nominal).
- Perpetuidade calculada com base no fluxo de caixa estabilizado acrescido de um crescimento constante anual de 7,1% a.a. (crescimento real de 3%a.a. acrescido da inflação de longo prazo).

Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico foi elaborado por economista contratado e contempla a perspectiva econômica para o País e Estado do Piauí.

Cenário externo:

- Desaceleração da economia mundial até meados de 2010 por conta da crise dos *subprimes*
- Há um arrefecimento no preço das commodities apenas no biênio 2009 - 2010
- O processo de abertura comercial mundial esfria temporariamente
- Há uma desalavancagem financeira e queda nos fluxos internacionais

Cenário interno:

- Princípios da política econômica, câmbio flutuante, metas e aperto fiscal, são mantidos
- Dinâmica fiscal deteriora com a desaceleração da economia
- Fluxo de investimento externo e demanda por exportações caem, mas retomam após 2010
- Pressão inflacionária maior

Indústria bancária nacional:

- Processo de consolidação do setor continua
- O crédito imobiliário aumenta sua participação no total do crédito
- Compulsórios declinam e taxas convergem para o padrão internacional em cinco anos
- Spreads começam a estreitar por conta do crescimento menor

Economia do Piauí:

- Indústria mantém dinamismo autônomo
- Agroindústria mantém desempenho diferenciado
- Serviços acompanha indústria e agricultura
- Economia piauiense cresce a taxas similares às do Brasil até 2010 e após levemente superiores

Setor bancário no Piauí:

- Crédito se expande mais que o PIB
- Aumenta a participação de serviços no mix de produtos
- Spreads acima da média nacional
- Concorrência entre bancos fraca

Cenário Macroeconômico

Cenário Macroeconômico

Os principais indicadores macroeconômicos estão apresentados no quadro a seguir:

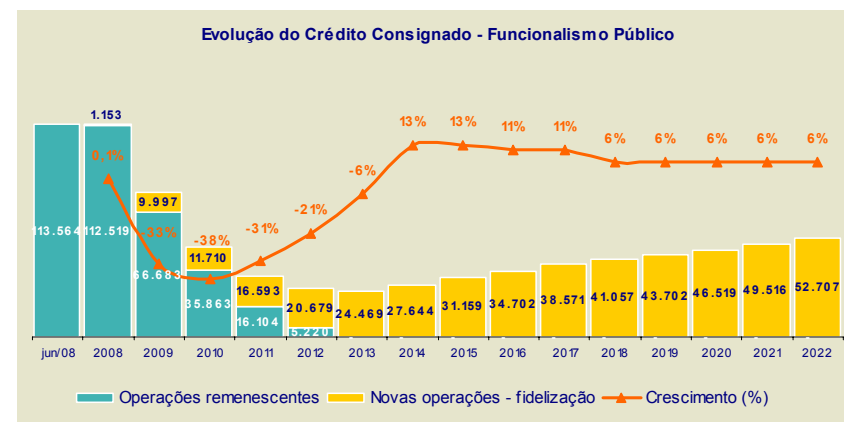
Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2022
Crescimento econômico											
Varição no PIB Brasil - crescto real	5,0%	3,5%	3,0%	3,5%	4,0%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Varição no PIB Piauí - crescto real	5,0%	3,5%	3,0%	3,7%	4,2%	4,7%	4,7%	4,7%	4,7%	4,7%	4,7%
Investimento											
Crescimento do Investimento Privado	6,0%	0,0%	2,0%	4,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Resultado primário											
Superávit Primário	4,0%	4,0%	3,8%	3,6%	3,5%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Inflação											
Inflação IGP-M	11,0%	5,5%	5,0%	4,5%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
Inflação IPCA	6,2%	4,8%	4,5%	4,3%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
Juros internos											
Juros Nominal - SELIC final de ano	13,75%	14,0%	12,0%	10,0%	9,0%	9,0%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%
Juros Nominal - SELIC média	13,31%	13,9%	13,0%	11,0%	10,0%	9,0%	8,5%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%
Juros Real - Deflator IGP-M	2,8%	8,5%	7,0%	5,5%	5,0%	5,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
Juros Real - Deflator IPCA	7,6%	9,2%	7,6%	5,7%	5,0%	5,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
Crescimento do mercado financeiro											
Crescimento de M4 - termos reais	20,0%	20,0%	12,6%	12,6%	15,0%	14,8%	14,6%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%
Credito Bancário / PIB BR	38,0%	40,0%	41,0%	42,0%	44,0%	46,0%	48,0%	48,0%	48,0%	48,0%	48,0%
Credito Bancário / PIB Piauí	19,0%	20,0%	22,4%	23,3%	24,4%	26,1%	27,8%	29,7%	30,1%	30,6%	31,0%
Crescimento do Crédito Bancário BR - termos reais	20,0%	15,0%	7,6%	7,6%	10,0%	9,8%	9,6%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Crescimento do Crédito Bancário Piauí - termos reais	15,0%	17,3%	8,8%	8,7%	11,5%	11,2%	11,0%	5,8%	5,8%	5,8%	5,8%
Crescimento do Crédito Imobiliário BR	50,0%	40,0%	30,0%	25,0%	20,0%	15,0%	12,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%
Spreads projetados - médias anuais											
Spread empr Corporate	15,0%	15,0%	15,0%	14,0%	13,0%	12,0%	12,0%	12,0%	12,0%	12,0%	12,0%
Spread CDC	40,0%	40,0%	40,0%	38,0%	36,0%	35,0%	35,0%	35,0%	35,0%	35,0%	35,0%

Fontes Primárias: IPEA, IBGE, OCDE, IIF, FMI, Banco Central do Brasil e Banco Mundial.

Operações de Crédito

Crédito Consignado - Funcionalismo Público:

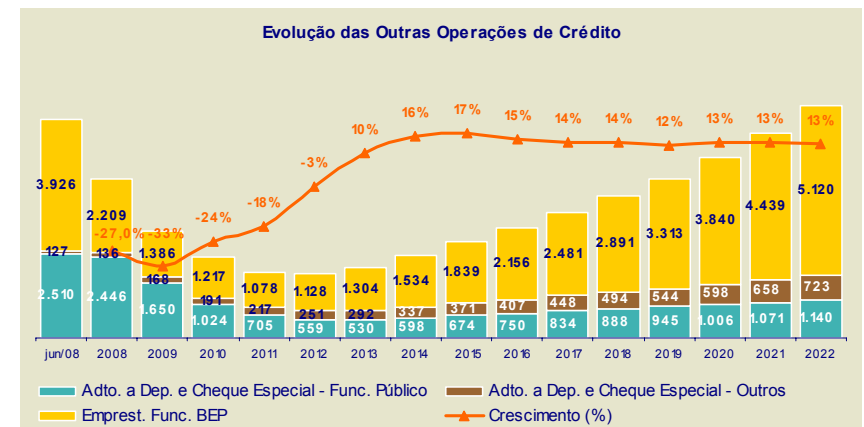
- Carteira projetada até novembro/2008 com base na evolução estimada para a folha de pagamento dos servidores (quantidade de funcionários e correção dos salários, drivers de projeção: ½ PIB do Estado PI e IPCA). A partir de dezembro/2008 foi considerada a amortização dessa carteira com base nas condições contratadas (taxas de juros prefixadas) e prazo médio remanescente das operações.
- Novas Operações: a partir de dezembro/2008 o **BB** centralizará o pagamento dos salários dos servidores (condição contratual), dessa forma, as novas operações do **BEP** foram projetadas a partir de seu potencial de fidelização sobre as operações totais estimadas para a base de servidores públicos. As operações totais foram estimadas com base na evolução da folha de pagamento desses servidores (drivers: ½ PIB PI, IPCA), manutenção da política de crédito atual (comprometimento máximo da renda de 30%) e aumento gradativo do potencial de utilização dessa linha de crédito (de 15,5% em junho de 2008 para 25% até 2022).
- Fidelização: estimamos a fidelização de 20% em 2008, 15% em 2009 e 10% a partir de 2010.



Operações de Crédito

Outras operações de crédito:

- Compostas por Adiantamento a Depositantes (Func. Público, outros clientes PF/PJ), Cheque Especial (Func. Público, outros clientes PF/PJ) e empréstimos para funcionários do **BEP**.
- As operações relacionadas aos funcionários públicos acompanham a evolução da carteira de crédito consignado (demonstrada anteriormente) para todo o período de projeção.
- As operações relacionadas a outros correntistas foram projetadas com base no crescimento do crédito bancário do Estado do Piauí para todo o período de projeção.
- As operações relacionadas aos funcionários do **BEP** foram projetadas com base no crescimento do crédito bancário do Estado do Piauí e no número de funcionários estimado para o período de projeção.



Operações de Crédito

Operações de crédito totais:

A tabela a seguir apresenta a evolução da carteira de crédito do **BEP**, já líquida de inadimplência (perdas efetivas - recuperações). A inadimplência foi segregada entre as operações de crédito consignado e empréstimos para funcionários do **BEP** (projetado com base em análise histórica / perspectiva de redução ao longo dos anos) e demais operações (projetado com base em média de mercado e perspectiva de redução ao longo dos anos):

	jun/08	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Crédito Consignado	113.564	113.672	76.680	47.573	32.697	25.899	24.469	27.644
% crescimento	n.a.	0,1%	-32,5%	-38,0%	-31,3%	-20,8%	-5,5%	13,0%
Operações remanescentes	113.564	112.519	66.683	35.863	16.104	5.220	-	-
Novas operações - fidelização	-	1.153	9.997	11.710	16.593	20.679	24.469	27.644
Demais Operações	6.563	4.791	3.203	2.432	2.000	1.938	2.126	2.468
% crescimento	n.a.	-27,0%	-33,1%	-24,1%	-17,8%	-3,1%	9,7%	16,1%
Adto. a Dep. e Cheque Especial - Func. Púb	2.510	2.446	1.650	1.024	705	559	530	598
Adto. a Dep. e Cheque Especial - Outros	127	136	168	191	217	251	292	337
Emprest. Func. BEP	3.926	2.209	1.386	1.217	1.078	1.128	1.304	1.534
Total	120.127	118.463	79.883	50.005	34.697	27.837	26.595	30.112
% crescimento	n.a.	-1,4%	-32,6%	-37,4%	-30,6%	-19,8%	-4,5%	13,2%
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Crédito Consignado	31.159	34.702	38.571	41.057	43.702	46.519	49.516	52.707
% crescimento	12,7%	11,4%	11,1%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%
Operações remanescentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Novas operações - fidelização	31.159	34.702	38.571	41.057	43.702	46.519	49.516	52.707
Demais Operações	2.883	3.313	3.763	4.273	4.802	5.444	6.168	6.984
% crescimento	16,8%	14,9%	13,6%	13,6%	12,4%	13,4%	13,3%	13,2%
Adto. a Dep. e Cheque Especial - Func. Púb	674	750	834	888	945	1.006	1.071	1.140
Adto. a Dep. e Cheque Especial - Outros	371	407	448	494	544	598	658	723
Emprest. Func. BEP	1.839	2.156	2.481	2.891	3.313	3.840	4.439	5.120
Total	34.042	38.015	42.334	45.330	48.504	51.963	55.684	59.691
% crescimento	13,1%	11,7%	11,4%	7,1%	7,0%	7,1%	7,2%	7,2%

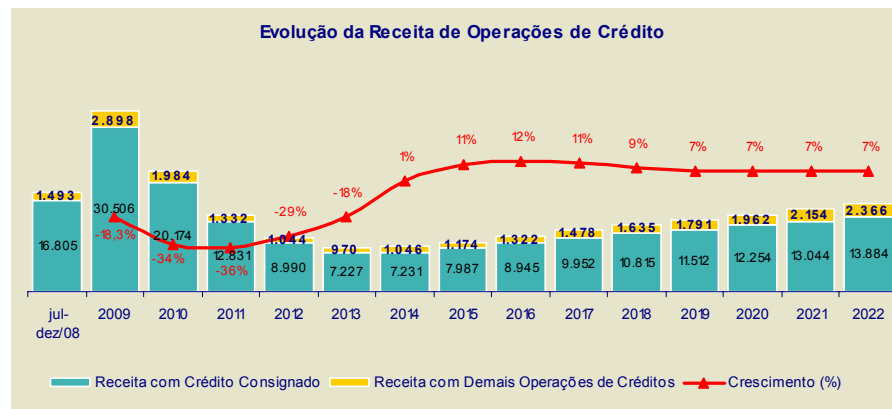
Operações de Crédito

Taxas de Juros:

- As taxas de juros de operações de crédito foram segregadas por produto e evoluem de acordo com o cenário macroeconômico adotado, o qual contempla redução gradativa da taxa Selic e *spreads* de crédito.
- Como base para as projeções, adotamos as taxas médias atualmente praticadas pelo **BEP** (ponderadas pelos saldos das operações existentes na data-base).

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2022
Taxas de Juros de Captação de Recursos (% a.a.)											
Taxa adiantamento a depositante - Func. Públicos	112,9%	114,0%	112,3%	103,7%	97,0%	92,8%	91,9%	91,1%	91,1%	91,1%	91,1%
Taxa adiantamento a depositante - Outros correntistas	131,6%	132,8%	131,0%	121,1%	113,4%	108,6%	107,6%	106,7%	106,7%	106,7%	106,7%
Taxa média Crédito consignado - carteira existente	31,7%	31,7%	31,7%	31,7%	31,7%	31,7%	31,7%	31,7%	31,7%	31,7%	31,7%
Taxa média Crédito Consignado - novas operações	36,3%	37,0%	35,9%	32,4%	30,1%	28,3%	27,8%	27,2%	27,2%	27,2%	27,2%
Taxa de Operações de Créditos func. BEP	19,6%	20,2%	19,2%	16,8%	15,5%	14,3%	13,7%	13,2%	13,2%	13,2%	13,2%
Taxa de Cheque especial - Func. Públicos	112,9%	114,0%	112,3%	103,7%	97,0%	92,8%	91,9%	91,1%	91,1%	91,1%	91,1%
Taxa de Cheque especial - Outros correntistas	129,3%	130,5%	128,7%	118,9%	111,3%	106,6%	105,7%	104,7%	104,7%	104,7%	104,7%

Receita de Operações de Crédito:



Captações de Recursos

Depósitos À Vista, Poupança e A Prazo:

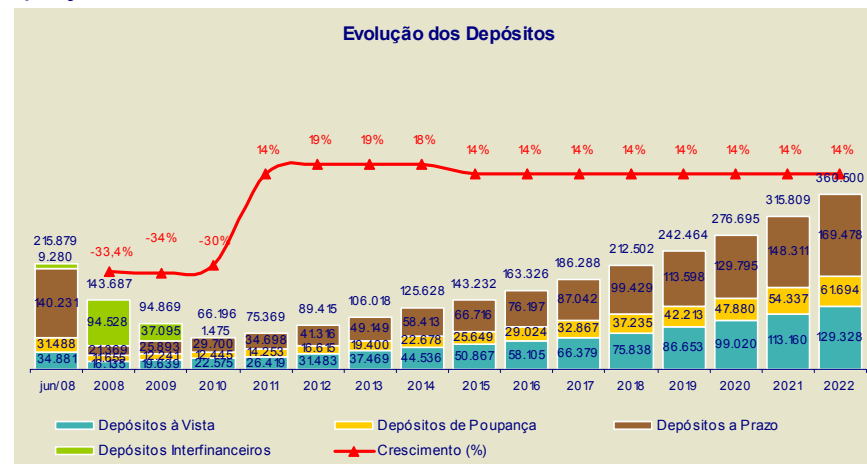
- Foram segregados em funcionalismo público, governo, funcionários do **BEP** e demais clientes (PF, PJ, outros).
- Depósitos de funcionalismo: projetados a partir do potencial de fidelização de clientes sobre os depósitos totais estimados para essa base de servidores, adotando-se os mesmos percentuais de fidelização de crédito (conforme descrito anteriormente). Os depósitos de funcionalismo totais foram estimadas com base na evolução da folha de pagamento desses servidores (drivers: ½ PIB PI, IPCA).
- Depósitos de Governo: a partir de dezembro/2008 o **BB** centralizará a administração e movimentação financeira dos recursos do Estado (condição contratual). Dessa forma, considerou-se a perda desses recursos a partir da referida data. Isso implica em redução relevante dos depósitos do **BEP**, visto a representatividade dos depósitos de governo, de aproximadamente 60% dos depósitos totais em junho/2008.

- Depósitos de funcionários do **BEP**: projetados com base na evolução do quadro de funcionários para todo o período de projeção, acrescidos da inflação (IPCA).
- Demais clientes: projetados com base na evolução do M4.

Depósitos Interfinanceiros:

- Projetados de forma a suprir eventuais necessidades de captação ao longo do período de projeção. Como consequência da perda dos depósitos de governo em dez/08, há necessidade de captação no mercado interbancário até 2010.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos depósitos projetados:



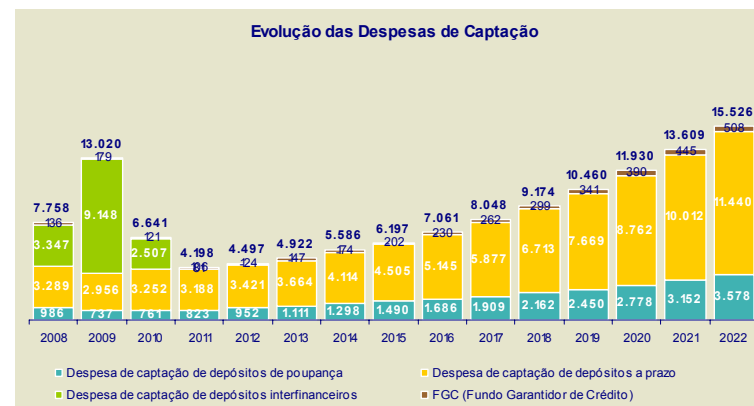
Captações de Recursos

Custo de Captação:

– A tabela a seguir apresenta o custo de captação adotado para cada modalidade de depósito.

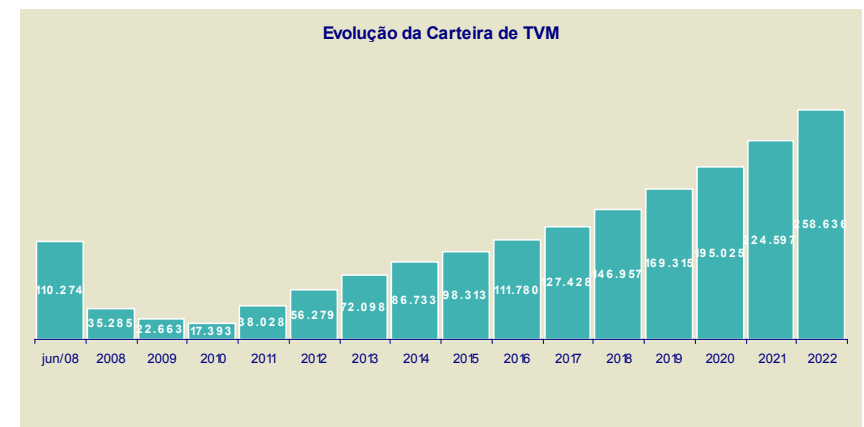
Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2022
Taxas de Juros de Captação de Recursos (% a.a.)											
Custo de depósitos de poupança - termos reais	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%
TR % a.a.	3,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Custo de depósitos de poupança - termos nominais	9,4%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%
Custo de depósitos a prazo - Governo	13,3%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
% Selic média	50,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Custo de depósitos a prazo - Outros	12,0%	12,5%	11,7%	9,9%	9,0%	8,1%	7,7%	7,2%	7,2%	7,2%	7,2%
% Selic média	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
Custo de depósitos a interfinanceiros	13,3%	13,9%	13,0%	11,0%	10,0%	9,0%	8,5%	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%
% Selic média	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O gráfico a seguir apresenta a evolução das despesas de captação (acrescidas das despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC):



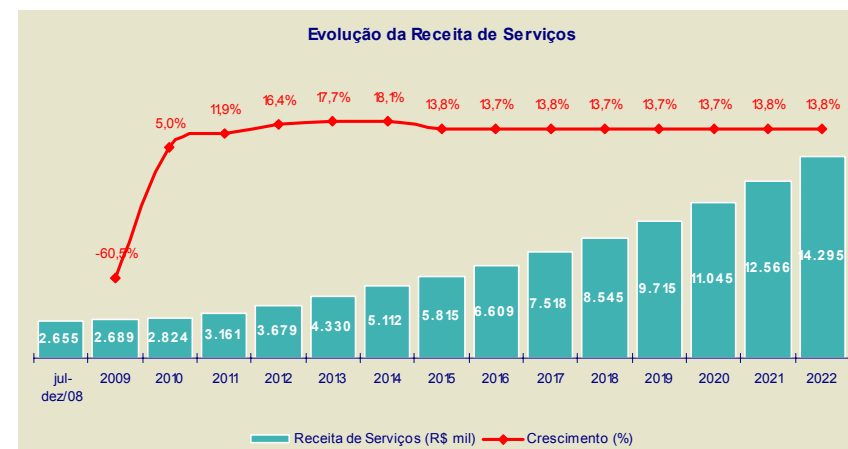
Títulos e Valores Mobiliários

- A carteira de TVM foi projetada de forma a adequar a meta de Basileia em 14,1% para todo o período de projeção. A queda observada em dezembro de 2008 é consequência do ajuste de capital excedente na data-base, devido a folga de Basileia apresentada pelo Banco.
- A receita de TVM foi remunerada a 100% da Selic média projetada.
- Exigibilidades e Compulsórios:
- Foram projetados conforme a legislação vigente e remunerados quando aplicável.
- Cabe mencionar que foi considerada a redução das alíquotas dos compulsórios, conforme o cenário macroeconômico adotado.



Receita de Serviços

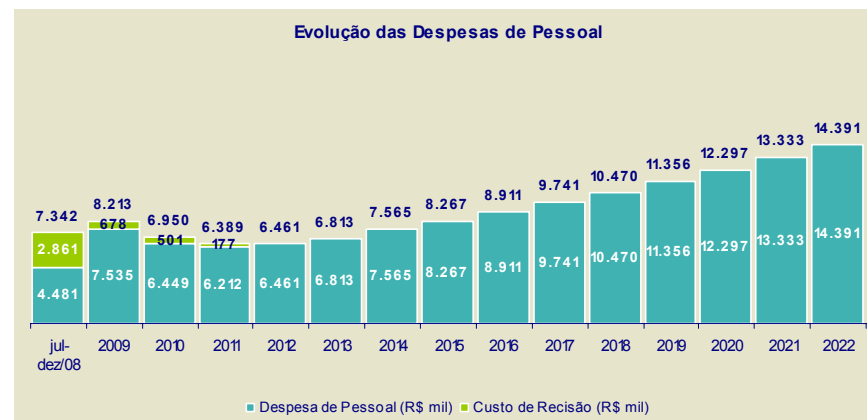
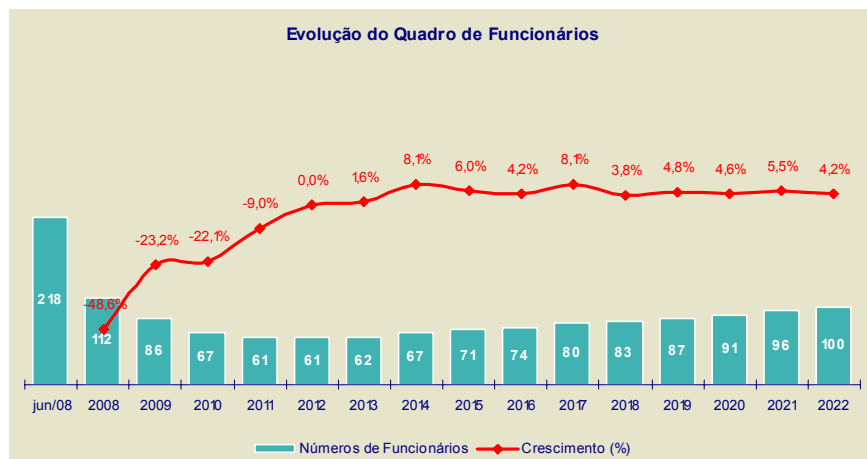
- A projeção da receita de serviços contempla os efeitos decorrentes do contrato Prestação de Serviços Financeiros celebrado entre Estado PI / **BB** / **BEP**, tais como:
 - Perda de alguns convênios a partir de dez/08 (Sefaz, entre outros).
 - Redução das receitas de serviços em função do decréscimo das operações (crédito/captação), redução da base de clientes, término do contrato com correspondente bancário Pagconta e extinção de algumas tarifas e receitas não recorrentes (ex: TAC).
 - Em suma, os principais *drivers* de projeção utilizados para projeção dessas receitas foram: evolução dos depósitos e operações de crédito.



Despesas Operacionais

Despesas de Pessoal:

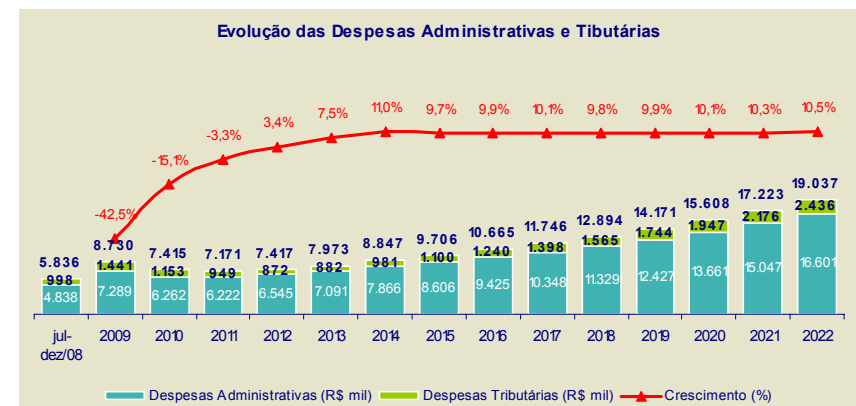
- Considerou-se a adequação do quadro de funcionários em função do patamar das operações projetadas (crédito e depósitos), adotando a mesma relação de operações/funcionários do banco apresentada na data-base do trabalho.
- Face a redução das operações de crédito e captação, estimamos redução relevante do quadro de funcionários e seu respectivo custo de rescisão (R\$29,5 mil / funcionário, calculado com base em informações fornecidas pela Diretoria do **BEP**).
- Os salários médios, bem como os encargos, benefícios e outras despesas relacionadas a folha de pagamento, foram corrigidos pela inflação para todo o período de projeção.



Despesas Operacionais

Despesas Administrativas:

- Como consequência da redução das operações do **BEP**, as despesas administrativas foram projetadas em conformidade com o patamar das operações futuras do Banco, observando-se sua natureza fixa e variável.
- Em suma, os principais drivers adotados para as despesas foram: evolução das operações totais (crédito / depósitos), do quadro de funcionários e número de agências.
- Considerou-se a partir de 2010 que o **BEP** operaria com 4 agências (Central, Floriano, Paranaíba e Picos), as quais representaram aproximadamente 91% das operações de crédito totais e 95% dos depósitos totais em junho/2008.
- Foi adicionada a despesa de aluguel dos imóveis vendidos para o Estado (0,5% a.m. sobre o valor de venda, corrigido pela inflação para todo o período de projeção).
- As despesas de natureza fixa foram corrigidas pela inflação para todo o período de projeção.
- As despesas tributárias (Pis/Cofins, ISS) foram projetadas de acordo com a legislação vigente.



Outras Considerações

Investimentos

Para 2008 (jul-dez) considerou-se o mesmo valor investido no 1º semestre do ano. Para o restante do período de projeção considerou-se o reinvestimento de 100% da depreciação do ano anterior.

Depreciação

Projetou-se a depreciação do ativo fixo considerando-se as taxas aplicáveis por categoria de ativo. Os novos investimentos depreciados a uma taxa média de depreciação ponderada.

IR e CS

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram projetados de acordo com a legislação em vigor na data-base da avaliação.

PLR

Considerou-se para todo o período de projeção o percentual de 6,1% sobre o lucro líquido projetado (média histórica praticada pelo **BEP**, exercícios de 2005 a 2007).

Resultado da Avaliação Econômico-Financeira



Resultado da Avaliação

A avaliação econômico-financeira do **BEP** foi calculada com base no valor presente líquido do fluxo de caixa operacional projetado e descontado para o acionista na data-base 30 de junho de 2008, conforme premissas e considerações mencionadas anteriormente neste relatório.

Com base no escopo de nossa análise, nas pesquisas e informações obtidas, estimamos que o valor econômico da totalidade das ações do **BEP**, é de R\$ 81.681 Mil (oitenta e um milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais), conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	R\$ Mil
	Cenário Base
Valor presente do fluxo de caixa operacional	18.343
(+) Valor da perpetuidade	3.810
Valor presente das operações	22.153
(+) Ajustes Econômicos	59.529
(=) Valor Econômico	81.681
Múltiplo (VE / PL jun/08)	1,13x

A seguir, apresentamos a composição dos ajustes efetuados em relação ao valor econômico-financeiro operacional apurado:

Ajustes Econômicos	R\$ Mil
Capital Excedente	57.370
Venda de imóveis para o Estado (líq. de imp.)	6.134
Devedores por compra de valores e bens	47
Impostos e contribuições a compensar	2.053
Devedores por depósito em garantia	3.070
Pagtos a Ressarcir junto ao fundo de contin.	790
Bens não de uso	101
Investimentos	432
Dividendos a Pagar	(2.253)
Provisões para Riscos Fiscais	(3.850)
Provisões para Passivos Contingentes	(3.788)
VP Obrigações por repasses - BNDES	(575)
TOTAL	59.529

Análise de Sensibilidades



Análise de Sensibilidades

Em trabalhos de avaliação econômico-financeira, é essencial analisar quão consistentes são os resultados obtidos, isto é, quanta variação nas hipóteses e nas variáveis importantes pode ocorrer sem que haja alteração radical nos valores estimados.

Dessa forma, apresentamos algumas sensibilidades das principais variáveis importantes na determinação do valor econômico do **BEP**. Os resultados das análises apresentam-se demonstrados na tabela a seguir:

Variável Sensibilizada	Valor Sensibilizado	Valor do Econômico	Múltiplo PL
Valor Econômico Base		81.681	1,13
Taxa de Desconto	+ 1% a.a.	81.029	1,12
	- 1% a.a.	82.450	1,14
Nível de Enquadramento da Basiléia	+ 2%	81.100	1,12
	- 2%	82.346	1,14
Fidelização dos Servidores (2008, 2009 e a partir de 2010)	15%, 10% e 5%	71.630	0,99

Análise de Múltiplos



Análise de Múltiplos

O método do mercado baseia-se no princípio da substituição, assumindo-se que um comprador prudente não vai pagar mais por uma atividade do que o custo de adquirir um empreendimento similar e com a mesma finalidade. Sob essa metodologia, há dois enfoques de avaliação:

- Comparação com operações de fusões e aquisições recentes; e
- Múltiplos comparáveis de empresas com ações negociadas em bolsa de valores.

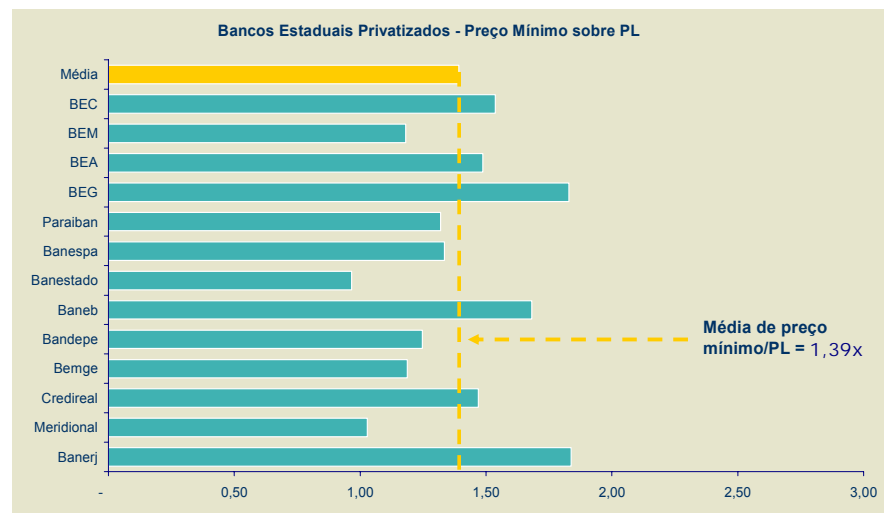
Nesse enfoque, o método do mercado baseia-se na pesquisa e identificação de transações que tenham envolvido empresas-referência (*guidelines*).

Especificamente para a avaliação do **BEP**, devido às características operacionais do Banco, estamos adotando a comparação com operações de privatização de bancos estaduais, a fim de corroborar o valor econômico apurado pelo método da lucratividade, utilizando o enfoque que considera o fluxo de caixa descontado.

Transações de Banco Privatizados

O gráfico a seguir demonstra o múltiplo de preço mínimo sobre patrimônio líquido das privatizações de bancos estaduais. O preço mínimo é o preço de partida utilizado nos leilões de privatização e reflete o *fair market value* da operação.

O múltiplo médio de bancos privatizados foi de 1,39x, um pouco acima, portanto, do múltiplo obtido na avaliação do **BEP**, de 1,13x. Cabe ressaltar que as privatizações dos bancos estaduais contemplaram como condição contratual a manutenção da conta única do Estado por um período médio de 5 anos após a privatização. Já no caso do **BEP**, é prevista a manutenção da conta única do Estado somente até a data de incorporação pelo **BB**, conforme condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre **BEP**, **BB** e Estado do Piauí. Essa diferença faz com que as operações não sejam comparáveis diretamente e que seu resultado seja utilizado apenas como um referencial.



Fonte: Análise Deloitte

Anexos



Fluxo de Caixa

R\$ Mil

Fluxo de Caixa Projetado	2008 (jul-dez)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Resultado antes da tributação direta	4.697	9.862	6.540	2.596	10	(1.388)	(1.833)	(1.668)	(1.060)	(568)	20	489	1.060	1.738	2.606
. (Aumento)/ Diminuição da carteira de crédito e PDD	1.698	38.581	29.878	15.308	6.860	1.242	(3.517)	(3.931)	(3.972)	(4.319)	(2.996)	(3.173)	(3.460)	(3.721)	(4.006)
. (Aumento)/ Diminuição da carteira de TVM	73.823	16.603	4.322	(21.751)	(19.871)	(17.826)	(17.003)	(14.568)	(16.951)	(19.627)	(24.075)	(27.550)	(31.643)	(36.350)	(41.786)
. Aumento/ (Diminuição) de depósitos e repasses	(75.521)	(48.818)	(28.673)	9.175	14.044	16.604	19.609	17.605	20.094	22.962	26.214	29.962	34.231	39.113	44.692
. (Aumento)/ Diminuição de outros ativos circulantes	452	789	(51)	(88)	(116)	(133)	(160)	(150)	(163)	(184)	(202)	(228)	(254)	(286)	(320)
. Aumento/ (Diminuição) de outros passivos circulantes	(3.400)	(902)	(411)	(159)	80	277	413	395	402	472	471	559	613	679	738
. Depreciação e amortização	597	1.079	673	651	720	721	811	811	760	745	757	709	649	577	491
. Investimentos	(324)	(1.144)	(1.069)	(673)	(651)	(720)	(721)	(811)	(811)	(760)	(745)	(757)	(709)	(649)	(577)
. Imposto de renda e contribuição social	(616)	(3.782)	(2.499)	(978)	(4)	0	0	0	0	0	(4)	(107)	(259)	(442)	(675)
. Participação nos resultados	(166)	(349)	(232)	(93)	0	0	0	0	0	0	(1)	(22)	(46)	(74)	(111)
Fluxo de caixa	1.240	11.919	8.479	3.988	1.072	(1.223)	(2.401)	(2.317)	(1.701)	(1.279)	(561)	(118)	182	585	1.052
. Valor presente do fluxo de caixa operacional	18.343														
. Valor da perpetuidade	3.810														
. Valor presente das operações	22.153														
. Ajustes Econômicos	59.529														
. VALOR ECONÔMICO	81.681														

Demonstração de Resultados

R\$ Mil

Demonstração de Resultados	2008 (jul-dez)	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
. Receita da intermediação financeira	23.443	37.999	25.215	17.671	15.247	14.522	15.653	17.267	19.478	21.915	24.470	27.144	30.146	33.528	37.339
% de crescimento	n/a	62,1%	-33,6%	-29,9%	-13,7%	-4,8%	7,8%	10,3%	12,8%	12,5%	11,7%	10,9%	11,1%	11,2%	11,4%
. Despesa da intermediação financeira	(7.758)	(13.020)	(6.641)	(4.198)	(4.497)	(4.922)	(5.586)	(6.197)	(7.061)	(8.048)	(9.174)	(10.460)	(11.930)	(13.609)	(15.526)
Resultado da intermediação financeira	15.685	24.979	18.574	13.473	10.750	9.600	10.067	11.070	12.417	13.867	15.296	16.684	18.216	19.919	21.813
% sobre a receita de intermediação financeira	66,9%	65,7%	73,7%	76,2%	70,5%	66,1%	64,3%	64,1%	63,7%	63,3%	62,5%	61,5%	60,4%	59,4%	58,4%
. Receita de prestação de serviços	2.655	2.689	2.824	3.161	3.679	4.330	5.112	5.815	6.609	7.518	8.545	9.715	11.045	12.566	14.295
% sobre a receita operacional	10,2%	6,6%	10,1%	15,2%	19,4%	23,0%	24,6%	25,2%	25,3%	25,5%	25,9%	26,4%	26,8%	27,3%	27,7%
% de crescimento	n/a	1,3%	5,0%	11,9%	16,4%	17,7%	18,1%	13,8%	13,7%	13,8%	13,7%	13,7%	13,7%	13,8%	13,8%
. Despesas operacionais	(13.178)	(16.943)	(14.365)	(13.560)	(13.878)	(14.786)	(16.412)	(17.973)	(19.576)	(21.487)	(23.364)	(25.527)	(27.905)	(30.556)	(33.428)
% sobre o receita operacional	50,5%	41,6%	51,2%	65,1%	73,3%	78,4%	79,0%	77,9%	75,0%	73,0%	70,8%	69,3%	67,7%	66,3%	64,7%
% de crescimento	n/a	28,6%	-15,2%	-5,6%	2,3%	6,5%	11,0%	9,5%	8,9%	9,8%	8,7%	9,3%	9,3%	9,5%	9,4%
. Outras receitas (despesas) operacionais	132	216	180	173	179	189	211	231	250	279	300	326	353	386	417
% sobre o receita operacional	0,5%	0,5%	0,6%	0,8%	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%
Resultado operacional	5.294	10.941	7.213	3.247	730	(667)	(1.022)	(857)	(300)	177	777	1.198	1.709	2.315	3.097
% sobre a receita operacional	20,3%	26,9%	25,7%	15,6%	3,9%	-3,5%	-4,9%	-3,7%	-1,1%	0,6%	2,4%	3,3%	4,1%	5,0%	6,0%
. Depreciação e amortização	(597)	(1.079)	(673)	(651)	(720)	(721)	(811)	(811)	(760)	(745)	(757)	(709)	(649)	(577)	(491)
Resultado antes da tributação direta	4.697	9.862	6.540	2.596	10	(1.388)	(1.833)	(1.668)	(1.060)	(568)	20	489	1.060	1.738	2.606
% sobre a receita operacional	18,0%	24,2%	23,3%	12,5%	0,1%	-7,4%	-8,8%	-7,2%	-4,1%	-1,9%	0,1%	1,3%	2,6%	3,8%	5,0%
. Imposto de renda e contribuição social	(1.805)	(3.782)	(2.499)	(978)	(4)	0	0	0	0	0	(4)	(107)	(259)	(442)	(675)
. Participação nos resultados	(166)	(349)	(232)	(93)	0	0	0	0	0	0	(1)	(22)	(46)	(74)	(111)
% LL	-6,1%	-6,1%	-6,1%	-6,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-6,7%	-6,1%	-6,1%	-6,1%	-6,1%
Lucro/ (prejuízo) do período	2.726	5.731	3.809	1.525	6	(1.388)	(1.833)	(1.668)	(1.060)	(568)	15	360	755	1.222	1.820
% sobre a receita operacional	10,4%	14,1%	13,6%	7,3%	0,0%	-7,4%	-8,8%	-7,2%	-4,1%	-1,9%	0,0%	1,0%	1,8%	2,7%	3,5%

Balanço Patrimonial

R\$ Mil

Descrição	Data base jun/08	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ativo circulante e realizável a longo prazo	244.104	166.942	110.969	76.820	83.351	96.477	113.194	133.874	152.523	173.609	197.739	225.012	255.963	291.320	331.677	377.789
Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	110.274	35.285	22.663	17.393	38.028	56.279	72.098	86.733	98.313	111.780	127.428	146.957	169.315	195.025	224.597	258.636
Relações interfinanceiras	10.034	11.201	7.220	8.168	9.284	10.904	12.911	15.279	18.267	21.751	25.730	30.276	35.468	41.401	48.179	55.926
Relações interdependências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito	120.162	118.464	79.883	50.005	34.697	27.837	26.595	30.112	34.043	38.015	42.334	45.330	48.503	51.963	55.684	59.690
Outros créditos	3.422	1.774	975	1.015	1.093	1.199	1.321	1.470	1.609	1.760	1.933	2.122	2.337	2.577	2.849	3.154
Outros valores e bens	211	218	228	238	249	259	269	280	291	303	315	327	340	354	368	383
Ativo permanente	2.187	2.008	2.073	2.469	2.491	2.422	2.421	2.331	2.331	2.382	2.397	2.385	2.433	2.493	2.565	2.651
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado de uso	2.151	1.998	2.073	2.469	2.491	2.422	2.421	2.331	2.331	2.382	2.397	2.385	2.433	2.493	2.565	2.651
Diferido	35	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo total	246.291	168.950	113.042	79.289	85.842	98.899	115.615	136.205	154.854	175.991	200.136	227.397	258.396	293.813	334.242	380.440
Passivo circulante e exigível a longo prazo	228.451	149.530	99.810	70.726	79.742	93.866	110.747	130.770	148.770	169.265	192.700	219.385	249.906	284.750	324.542	369.972
Depósitos	219.208	143.687	94.868	66.195	75.370	89.414	106.018	125.627	143.232	163.326	186.288	212.502	242.464	276.695	315.808	360.500
Relações interdependências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	9.244	5.843	4.941	4.531	4.372	4.452	4.729	5.143	5.538	5.939	6.412	6.883	7.442	8.055	8.734	9.472
Patrimônio líquido	17.840	19.420	13.233	8.563	6.100	5.033	4.868	5.435	6.085	6.726	7.436	8.012	8.490	9.063	9.700	10.468
Capital social	62.944	62.944	62.944	62.944	62.944	62.944	64.167	66.568	68.885	70.586	71.865	72.426	72.544	72.544	72.544	72.544
Reservas de Capital	349	349	349	349	349	349	349	349	349	349	349	349	349	349	349	349
Reservas de Reavaliação	960	960	960	960	960	960	960	960	960	960	960	960	960	960	960	960
Reservas de Lucros	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303	2.303
Lucros acumulados	8.398	9.883	3.696	(974)	(3.437)	(4.504)	(5.892)	(7.726)	(9.393)	(10.453)	(11.022)	(11.007)	(10.647)	(10.074)	(9.437)	(8.669)
Ajustes iniciais	(57.114)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(57.019)
Passivo e patrimônio líquido	246.291	168.950	113.042	79.289	85.842	98.899	115.615	136.205	154.854	175.991	200.136	227.397	258.396	293.813	334.242	380.440

Deloitte.

© 2008 Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.. Todos os direitos reservados.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, ao Verein (associação) estabelecido na Suíça, suas firmas-membro e suas respectivas subsidiárias e afiliadas. A Deloitte Touche Tohmatsu é uma organização mundial de firmas-membro independentes voltada à excelência na prestação de serviços profissionais, por meio de uma estratégia global executada localmente em quase 140 países. Com acesso ao capital intelectual de cerca de 150 mil profissionais, a Deloitte oferece serviços em auditoria, consultoria tributária, consultoria em gestão de riscos empresariais, corporate finance, consultoria empresarial, outsourcing, consultoria em capital humano e consultoria atuarial – e serve a mais de 80% das maiores organizações do mundo, assim como a grandes empresas nacionais, clientes com atuação local relevante, instituições públicas e corporações globais bem-sucedidas e de rápido crescimento. Os serviços não são oferecidos pela Deloitte Touche Tohmatsu Verein, e, por questões regulatórias e outras razões, algumas firmas-membro não oferecem serviços em todas as áreas profissionais mencionadas acima.

Pelo fato de ser uma Verein suíça, nem a Deloitte Touche Tohmatsu, nem suas firmas-membro, possuem quaisquer responsabilidades por atos ou omissões umas das outras. Cada uma das firmas-membro é uma entidade jurídica própria e independente, que opera sob os nomes "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outras denominações relacionadas.

Para mais informações, contate-nos pelo e-mail comunicacao@deloitte.com ou pelo telefone (11) 5186-6686.